

REVISTA DA ASTRAL

O pioneirismo da TV
Assembleia de MG

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS TELEVISÕES E RÁDIOS LEGISLATIVAS – MAIO DE 2012

No ar, o Legislativo em rede nacional

- Tire suas dúvidas sobre a TV digital
- Emissoras se preparam para nova era



Astral promove workshops pelo país
.....
Acessibilidade é desafio para as TVs
.....
Cuidados com o projeto de TV digital



A solução com as TVs públicas só lugar - na

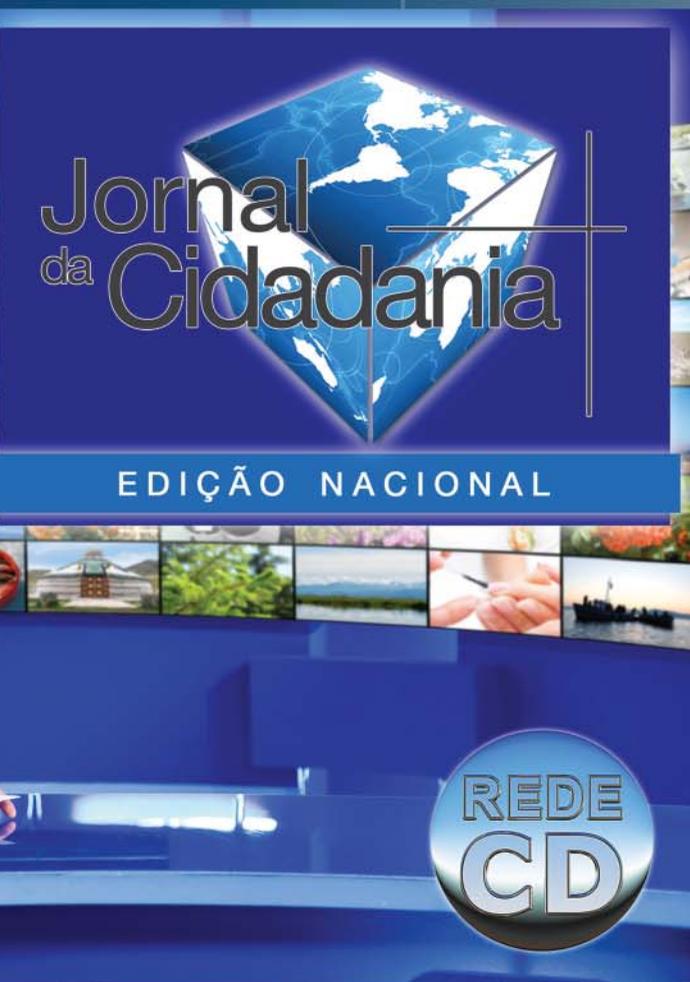


A qualidade dos melhores programas nos canais pagos, agora disponível gratuitamente da sua região !

A Rede da Cidadania Digital - R mesmo padrão na produção de município, estado ou região !

Central de Atendimento: 11 4193 8533 -

Completa para cas em um a REDE CD



mas nacionais vistos somente
veis na TV pública, aberta e

REDE CD - oferece também o
conteúdo local para o seu

info@redec.net - www.redec.net

A REDE CD simplifica em muito o processo de viabilização da TV pública municipal. Reúne, em um só grupo empresarial, todo o conhecimento e recursos necessários para a implementação completa de um canal de televisão municipal ou regional. O trabalho é integrado desde a visita inicial, onde é apresentado todo o processo em uma visão simples e transparente. As atividades seguem uma sequência rápida e objetiva. Do projeto à realidade no menor prazo possível.

Tudo o que é preciso para implementar uma TV pública !

- Consultoria Preliminar e Projetos de TV Digital
- Fornecimento de Hardware
- Implantação e Treinamento
- Fornecimento de Conteúdo Nacional Via Satélite
- Produção de Conteúdo Local e Regional
- Manutenção e Suporte

Entre em contato com a REDE CD e peça a visita de um representante no seu município. Em breve, com custos acessíveis, simplicidade e alta qualidade, a TV pública da sua cidade estará no ar !

Em defesa de uma rede legislativa para o cidadão

A democracia não é a forma de governo predominante na história brasileira. Períodos autoritários ainda estão na memória – e na pele – de muita gente. Por isso é notável que nossa atual experiência democrática, ainda tão recente em termos históricos, tenha trazido não só liberdade como também um modelo inovador e potencialmente revolucionário de participação popular: as emissoras legislativas.

Desde 1995, quando foi criada a primeira emissora legislativa, a TV Assembleia de Minas Gerais, o que era até então um pequeno serviço de divulgação dos trabalhos parlamentares na forma de jornais internos ou simples gravações de reuniões, transformadas em inserções radiofônicas, ganhou forma e conteúdo. E se reproduziu. Senado Federal e Câmara dos Deputados rapidamente seguiram o exemplo mineiro e estruturaram um aparato de comunicação inovador, inicialmente para divulgar o que acontecia no Plenário e nas comissões das respectivas casas. Com o passar do tempo, a experiência se consolidou e estas emissoras viraram referência de isenção e contribuição cidadã. Não há assunto discutido no Legislativo que não tenha reflexo na programação das emissoras, seja na forma de debates ou de entrevistas com especialistas, políticos e pessoas comuns.

O modelo foi seguido nos estados, por meio das Tvs e das rádios das assembleias Legislativas, e nos últimos anos chegou também aos municípios mais progressistas, onde vereadores perceberam o interesse da população por temas tratados nas câmaras, assuntos geralmente desprezados pelas emissoras comerciais. Enquanto estas últimas sustentam o público e transformam notícia em entretenimento, as rádios e Tvs legislativas tratam o telespectador como cidadão.

A Astral (Associação Brasileira das Televisões e Rádios Legislativas) foi criada em 2003 para unir estas emissoras, até então esparsas e com pouco

contato entre si, em torno de alguns princípios e um objetivo comum. Um deles parecia um sonho distante e de difícil execução: a formação de uma rede que proporcionasse ao brasileiro notícias e debates sobre o que acontecia nas três esferas do Legislativo – federal, estadual e municipal. Pois este sonho passou a ser viável com o uso da tecnologia de TV digital.

Até 2016, o sistema analógico de TV (a TV como conhecemos hoje no Brasil) será substituído pelo digital. Em relação às TVs públicas, isso vai permitir o que se chama de multiprogramação, que é a possibilidade técnica de um canal ser dividido em quatro. E é nessa possibilidade que a Astral aposta para que seja criada uma verdadeira rede de emissoras legislativas, unindo as TVs de alcance nacional (TV Câmara e TV Senado) com as de alcance estadual (TVs Assembleia), até chegar às municipais (TVs das câmaras de vereadores).

O modelo mais viável e eficiente proposto até agora para viabilizar esta rede é o adotado pela Câmara dos Deputados. Além de permitir um canal para os municípios, fundamental para a participação política do cidadão em sua cidade, a Rede Legislativa de TV Digital permite um canal estadual para a Assembleia Legislativa e outros dois, federais, para a TV Câmara e TV Senado. Esta parceria antecede, de certa forma, o projeto de operador único de rede, em estudo pelo governo federal, e permite economia de recursos públicos ao prever uma partilha de custos entre todos os envolvidos.

A Astral apoia a iniciativa, mesmo ciente de que o ineditismo e o modelo, ainda em construção, possam ser ainda aperfeiçoados na prática em função das soluções para pequenos problemas técnicos que surgirem no caminho. Pois o que está sendo feito é algo inédito no mundo.

Muitos países tem emissoras legislativas, a maioria das quais se limita a transmitir as sessões deliberativas. Outras tem aparatos de comunicação que transformam as discussões do Parlamento

em programas e debates – como no Chile e no México. Mas uma rede que torne acessível e transparente os trabalhos do Legislativo em seus vários níveis é um projeto que não foi tentado em lugar algum. E as perspectivas dessa proposta são outro campo a ser explorado. Afinal, a TV digital permite interatividade. Num futuro não muito distante, o que esta interatividade vai significar em termos de participação popular nas decisões das câmaras municipais, assembleias legislativas, Câmara dos Deputados e Senado Federal?

A Astral, portanto, se alia à ideia posta em prática pela Câmara dos Deputados, com apoio das assembleias legislativas. E desde o ano passado, diante da enorme demanda por informações e do interesse da parte de assembleias e câmaras de vereadores de todo o país, a Astral vem promovendo encontros regionais para esclarecer parlamentares e funcionários do Legislativo a respeito dessa possibilidade – legislação, procedimentos, custos, projetos, etc. Os encontros levam informações técnicas, jurídicas e operacionais relativas à transmissão do sinal digital.

A demanda por informações é tamanha que nos vimos na contingência de editar esta revista, cujo primeiro número tem como carros-chefes justamente a rede legislativa, além de experiências de sucesso de nossos associados, em especial a pioneira TV Assembleia de Minas Gerais, além de artigos técnicos. A próxima edição, que será publicada no segundo semestre, vai focar outros aspectos operacionais de emissoras legislativas. A programação é um deles. Como diversas emissoras estão passando do sistema de transmissão por cabo para o sinal aberto digital, há uma grande preocupação em relação à programação. Como melhorar a qualidade sem gastar uma exorbitância em termos de estrutura física e funcional? Como diversificar o conteúdo e ao mesmo tempo manter o foco no trabalho legislativo? Existem algumas experiências bem-sucedidas na área, como concursos de documentários ou co-produções. Até mesmo os prós e contras da terceirização da produção devem ser analisados – opção que já é a realidade de diversas emissoras hoje.

A **Revista da Astral** será, enfim, um espaço para debater as principais questões relativas às emissoras legislativas – não só as Tvs, mas também as rádios, que ocupam papel fundamental na comunicação com grande parcela da população. E, o mais importante, não há nem um centavo de recursos públicos envolvido na publicação. A revista é integralmente financiada por anunciantes

privados, sem que isso signifique qualquer tipo de favorecimento às empresas A, B ou C que se dispuseram a anunciar na revista. O fato é que há um mercado em potencial que está sendo aberto pela expansão do sinal digital e empresas dispostas a mostrar seus produtos. No caso das emissoras públicas, é desnecessário dizer que qualquer contratação ou aquisição deve seguir obrigatoriamente procedimentos formais que garantam, sobretudo, transparência e lisura ao processo. Tudo o que a Astral defende.

A **Revista da Astral** não vai fugir de nenhum assunto relacionado à divulgação do Legislativo. As transmissões em período eleitoral, por exemplo. Periodicamente as emissoras legislativas são questionadas pela mídia comercial a respeito do grau de exposição de candidatos em época de eleição. A questão é delicada e tem sido resolvida pelas emissoras a partir de consultas à Justiça Eleitoral de cada região. Há, por exemplo, quem limite a participação de candidatos em programas ao vivo, uma maneira de controlar o uso eleitoral e o pedido de votos em produções que não podem ser cortadas no ar sem que isso se configure censura. Já em relação ao Plenário há um entendimento difuso de que os parlamentares estão ali no exercício de seu mandato e que não deixam de ser representantes do povo no período eleitoral – mesmo raciocínio aplicado aos ocupantes de cargos no Executivo candidatos à reeleição.

Todas estas questões e informações devem estar consolidadas, até o fim do ano, no novo site da Astral (www.astralbrasil.org), que será totalmente reformulado e vai permitir, entre outras coisas, trocas de conteúdos entre os associados. Tudo no interesse das emissoras que levam ao cidadão informações fundamentais para que aumente o grau de participação e transparência do Legislativo em todo o país.

Boa leitura!

Antonio Vital
Presidente da Astral

Contatos:

Astral - Associação Brasileira de
Televisões e Rádios Legislativas
SGAS 902, Ed. Athenas,
Bloco C, Sala 120/127
Bairro: Asa Sul
CEP: 70390-020 - Brasília-DF
(+55 61) 3037-3773 / (+55 61) 8411-9154
www.astralbrasil.org



A CÂMARA DOS DEPUTADOS ESTÁ EXPANDINDO OS LIMITES DA CIDADANIA

Integrar a transmissão de toda a atividade dos parlamentos brasileiros com sinal digital e aberto. Iniciativa da Câmara dos Deputados, em parceria com o Senado (nas capitais), Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais (nas demais cidades), a Rede Legislativa de TV Digital está unificando as TVs dessas Casas em um só canal com multiprogramação. Com isso, a transparência é ampliada e chega até você, onde você estiver.



www.camara.gov.br

ESPECIAL 10

Começa a ser formada uma rede nacional de Tvs legislativas



TV Câmara de Uberaba (MG): associada da Astral é uma das mais recentes parceiras da rede legislativa proposta pela Câmara dos Deputados

DESTAQUE 24

TV Assembleia de Minas, a primeira do país



16 ENTREVISTA

Antonio Denardi, o primeiro parceiro da rede da Câmara

20 TIRA-DÚVIDAS

Fique por dentro da rede de TV digital

30 ARTIGO

A importância do projeto de TV digital

34 WORKSHOP

Astral leva conhecimento às emissoras

39 ARTIGO

As regras de acessibilidade na TV

42 ASSOCIADOS

Conheça emissoras que são exemplo

REVISTA DA ASTRAL - ANO 1 - NÚMERO 1

Diretoria Executiva:

Presidente – Antonio Vital
(Câmara dos Deputados)

Vice-presidente – Flávio de Mattos
(Senado Federal)

Secretária-Geral – Georgia Nery
(Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte)

Tesoureiro – Guilherme Minassa
(Câmara Municipal de Belo Horizonte - MG)

Membros Titulares:

Afonso Lopes
(Assembleia Legislativa de Goiás)

Carlo Antônio Vicenti
(Câmara dos Vereadores de Itajaí - SC)

Karine Pagliarini
(Câmara Municipal de Pouso Alegre - MG)

Suplentes:

Herval Ângelo Esmeraldino
(Câmara dos Vereadores de Itajaí - SC)

Nalda Lima
(Assembleia Legislativa do Piauí)
Rodrigo Lucena
(Assembleia Legislativa de Minas Gerais)

Conselho de Cooperação Técnica:

Evelin Maciel
(Câmara dos Deputados)
Patrícia Bravin
(Assembleia Legislativa do Espírito Santo)

Pedro Motta Lima
(Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro)
Wanderley Oliveira
(Assembleia Legislativa de Mato Grosso)

.....

EDITOR: Antonio Vital

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO
In Press Oficina (Brasília - DF)

IMPRESSÃO: Gráfica Coronário (Brasília - DF)

Uma publicação da Associação Brasileira de Tvs e Rádios Legislativas (Astral)



SEJA VOCÊ O
RESPONSÁVEL
PELA TV DIGITAL
NA SUA CIDADE!

Soluções completas para implantar a TV Digital na sua cidade!

A TV Digital traz muitos benefícios para sua cidade:

- Transparência e reconhecimento das atividades promovidas pela Câmara Municipal;
- Promove o envolvimento da população em questões políticas;
- Aumenta a visibilidade e a propagação de projetos, leis e assuntos que merecem o envolvimento de toda a população;
- A Câmara pode transmitir programas culturais;
- Promover parcerias com instituições públicas, por exemplo de saúde e educação, facilitando a chegada de projetos sociais a população;
- Proporciona economia, pois será um canal da própria Câmara, onde não terá de custear mensalmente veiculações de conteúdo em outros canais.

Cidades que já contam com a nossa solução digital:

- **TV Câmara de São Paulo - SP**

1ª Câmara com TV Digital do Brasil;

- **TV Câmara de Pouso Alegre - MG**

1ª Câmara com TV Digital de Minas Gerais.

- **TV Câmara de Jaú - SP**

1ª Câmara com TV Digital do interior do estado de São Paulo

Venha nos fazer uma visita e saiba como nós podemos te ajudar a implantar a TV Câmara de sua cidade!

Fale conosco:

35 2102-3100 ou info@screenbrasil.com.br



SCREEN SERVICE DO BRASIL
Avenida dos Alecrins, 740 - Distrito Industrial Tuany Toledo
CEP: 37550-000 - Pouso Alegre - MG - Brasil
T +55 (35) 2102-3100 - F +55 (35) 2102-3101
www.screenbrasil.com.br • info@screenbrasil.com.br

 **ScreenService**
DO BRASIL **IT WORKS.**

Legislativo em rede nacional

Como uma verdadeira rede de emissoras legislativas está se formando a partir da tecnologia digital e partilha de custos

Imagine um país onde o cidadão pode acompanhar em canal aberto de televisão o que acontece no poder Legislativo de sua cidade, de seu estado e no Parlamento. Onde basta apertar um botão e assistir sessões de votação, os debates entre governo e oposição, as trocas de acusação, as audiências públicas sobre temas de seu interesse, depoimentos históricos e, ainda por cima, enviar sua opinião sobre o que está sendo votado e mandar recados para seus representantes. Esta situação não saiu da mente de um escritor de ficção científica e é um processo que já começou a virar realidade. No Brasil.

No início de abril uma cerimônia formal como dezenas de outras que envolvem autoridades Brasil afora passou praticamente despercebida pela grande imprensa e seu alcance só foi notado por quem acompanha de perto a evolução tecnológica do setor de telecomunicações. Numa manhã quente de segunda-feira na capital paulista, o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, assinou acordo com as câmaras municipais da Grande São Paulo, que passaram a integrar a Rede Legislativa de TV Digital, em sinal aberto.

Quinze anos depois de o primeiro canal legislativo ter sido inaugurado no país, o da TV Assembleia de Minas Gerais, pela primeira vez a população, no caso da Grande São Paulo, poderia usufruir do direito de ver o que está fazendo ou deixando de fazer seu representante na Câmara dos Deputados, no Senado, na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal. Tudo ao mesmo tempo, em quatro canais diferentes.

São quatro canais em um: TV Câmara, TV Assembleia, TV Senado e TV Câmara Municipal. No dia da assinatura, a rede legislativa já estava em plena operação para os três primeiros canais. O quarto,

o da TV Câmara Municipal, estava previsto para entrar no ar um mês depois. A partir daí, 20 milhões de habitantes da Grande São Paulo passariam a receber na TV aberta o sinal da Rede Legislativa.

Para que isso fosse possível, um último obstáculo teve de ser contornado. Como o sinal digital não respeita os limites de todos os municípios que formam a Grande São Paulo, os vereadores destas cidades fizeram um acordo para compartilhar o canal local, que foi dividido entre as 39 câmaras municipais da região metropolitana. A capital ficaria com o direito de usar dez horas de programação. As demais cidades dividiriam entre si as 14 horas restantes.

Ao assinar o acordo, Marco Maia relacionou a rede legislativa à transparência. “Estamos buscando nos aproximar cada vez mais da sociedade que temos a obrigação de representar. A TV digital em sinal aberto vai fortalecer o Parlamento e garantir a democracia”, afirmou. E aproveitou para se antecipar aos críticos. “Nós não estamos fazendo isso por autopromoção e sim para divulgar aquilo que é realizado pelo Legislativo”, disse.

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Barros Munhoz, acrescentou que a divulgação de informações do Legislativo pode ajudar os brasileiros a entender melhor a política e cobrar mais de seus representantes. Já o presidente da Câmara Municipal de São Paulo, Police Neto, considerou o acordo “o primeiro passo para universalizar o acesso à informação”.

Também participaram da cerimônia presidentes das câmaras municipais de várias cidades da região metropolitana de São Paulo.

A Rede Legislativa é um projeto da Câmara dos Deputados e começou a ser posto em prática em 2006 com o objetivo de garantir a expansão

do sinal da TV Câmara com menor custo possível. Para isto, foi utilizado o recurso da multiprogramação, que permite que o mesmo canal (61) seja compartilhado por diferentes emissoras. A TV digital chega às casas dos telespectadores de graça, em sinal aberto. Cada emissora tem programação em horário integral.

Até então, a TV Câmara e as demais TVs legislativas só estavam disponíveis na capital paulista – e na maior parte do país – por meio de canais de TV por assinatura ou parabólica.

59 NOVOS CANAIS

Três semanas antes, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, autorizou a operação de 59 novos canais digitais para a rede legislativa a partir dos acordos feitos pela TV Câmara. Com a medida, a TV Câmara passou a ter a capacidade de transmitir sua programação em sinal digital aberto e gratuito em dezenas de cidades dos estados de São Paulo e de Minas Gerais, incluindo capitais e municípios do interior.

De acordo com o ministro, os 59 novos canais vão possibilitar que a população brasileira acompanhe o trabalho da Câmara, das Assembleias e do Legislativo local na TV aberta. “É um passo extraordinário para consolidar a TV Câmara e a democracia”, disse. “A Câmara quer e deve prestar conta dos seus trabalhos à população, e a população quer saber o que o seu deputado está fazendo”, completou.

Estes 59 novos canais, consignados à Câmara dos Deputados, são, em sua maioria, destinados à câmaras municipais, cujas emissoras estão em diferentes estágios de funcionamento. Algumas operam apenas na web. Outras estão no canal aberto local, graças a acordos com as prefeituras – muitas das quais mantêm uma antena e um pequeno transmissor em seus municípios. Grande parte se limita a transmitir as sessões do Plenário. Algumas tem programação mais diversificada e condições técnicas de manter programas de debates e até coberturas jornalísticas. Independente do estágio de operação, uma coisa todas tem em comum: querem estar em sinal aberto em seus municípios.

Dos 59 canais autorizados pelo Ministério das Comunicações, 19 estavam previstos para entrar em operação até agosto: os das câmaras municipais de Ribeirão Preto, Barretos, Jaú, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte, Palmas, Goiânia,

Cuiabá, Vitória, Lavras, Sete Lagoas, Pouso Alegre, Jacareí, Bauru, São Carlos, Tupã, Campinas e Ourinhos. E a Câmara dos Deputados já se preparava para assinar acordos nos mesmos moldes com as câmaras municipais das cidades mineiras de Divinópolis, Montes Claros, Uberlândia e Uberaba, o que aconteceu ainda em março.

A lista de câmaras de vereadores interessadas em ingressar na rede legislativa, com a consequente autorização de funcionamento de canais pelo Ministério das Comunicações, continua a au-

“

Estamos buscando nos aproximar cada vez mais da sociedade que temos a obrigação de representar.

A TV digital em sinal aberto vai fortalecer o Parlamento e garantir a democracia”

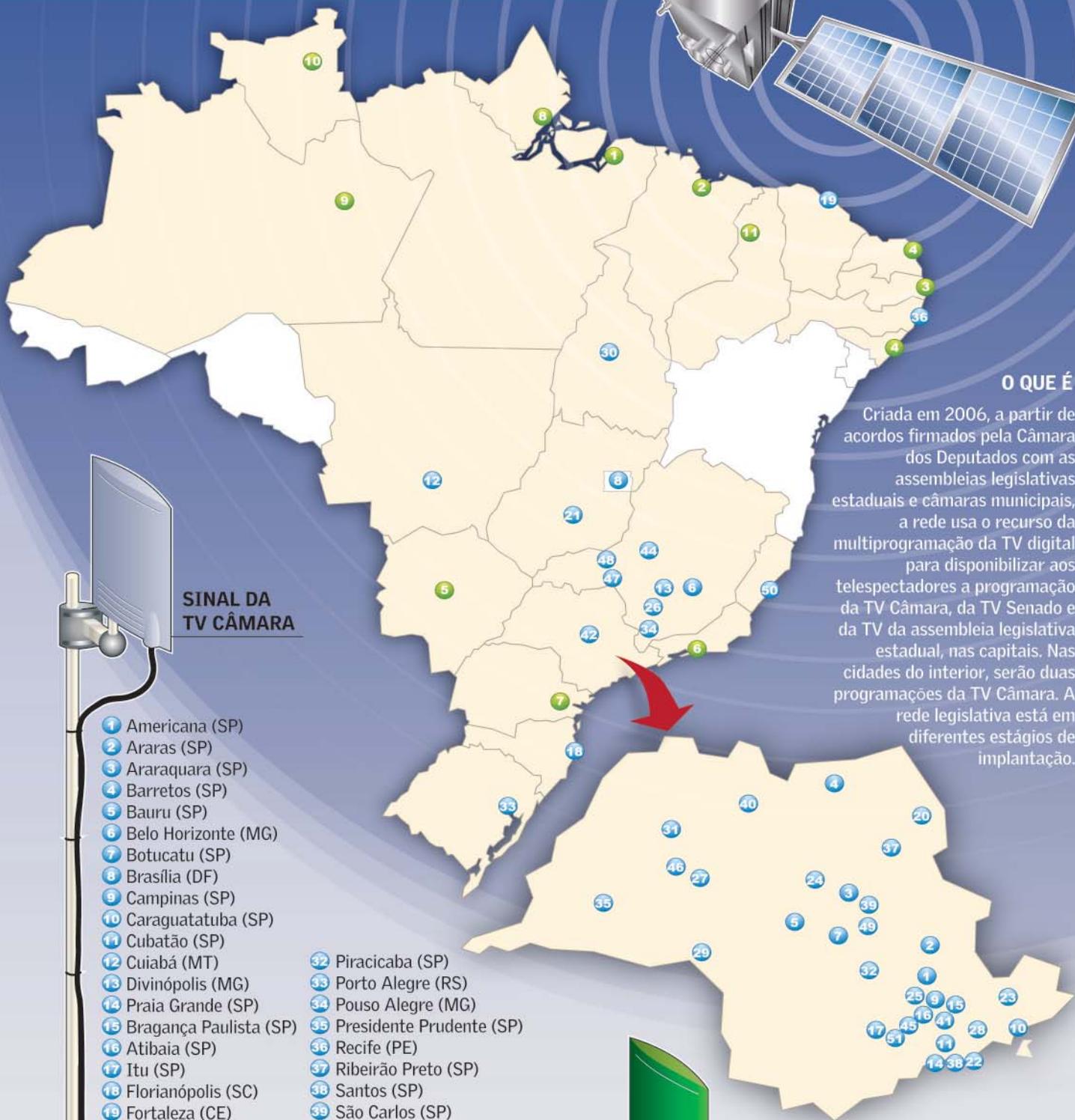
Marco Maia,
presidente da Câmara dos Deputados



Cerimônia em abril marcou momento histórico da rede em SP

Rede Legislativa de TV Digital

ESPECIAL



O QUE É

Criada em 2006, a partir de acordos firmados pela Câmara dos Deputados com as assembleias legislativas estaduais e câmaras municipais, a rede usa o recurso da multiprogramação da TV digital para disponibilizar aos telespectadores a programação da TV Câmara, da TV Senado e da TV da assembleia legislativa estadual, nas capitais. Nas cidades do interior, serão duas programações da TV Câmara. A rede legislativa está em diferentes estágios de implantação.

SINAL DA TV CÂMARA

- 1 Americana (SP)
- 2 Araras (SP)
- 3 Araraquara (SP)
- 4 Barretos (SP)
- 5 Bauru (SP)
- 6 Belo Horizonte (MG)
- 7 Botucatu (SP)
- 8 Brasília (DF)
- 9 Campinas (SP)
- 10 Caraguatatuba (SP)
- 11 Cubatão (SP)
- 12 Cuiabá (MT)
- 13 Divinópolis (MG)
- 14 Praia Grande (SP)
- 15 Bragança Paulista (SP)
- 16 Atibaia (SP)
- 17 Itu (SP)
- 18 Florianópolis (SC)
- 19 Fortaleza (CE)
- 20 Franca (SP)
- 21 Goiânia (GO)
- 22 Guarujá (SP)
- 23 Jacareí (SP)
- 24 Jaú (SP)
- 25 Jundiá (SP)
- 26 Lavras (MG)
- 27 Marília (SP)
- 28 Mogi das Cruzes (SP)
- 29 Ourinhos (SP)
- 30 Palmas (TO)
- 31 Penápolis (SP)
- 32 Piracicaba (SP)
- 33 Porto Alegre (RS)
- 34 Pouso Alegre (MG)
- 35 Presidente Prudente (SP)
- 36 Recife (PE)
- 37 Ribeirão Preto (SP)
- 38 Santos (SP)
- 39 São Carlos (SP)
- 40 São José do Rio Preto (SP)
- 41 São Paulo (SP)
- 42 São Paulo (39 municípios da região metropolitana)
- 43 Sete Lagoas (MG)
- 44 Sorocaba (SP)
- 45 Tupã (SP)
- 47 Uberaba (MG)
- 48 Uberlândia (MG)
- 49 Valinhos (SP)
- 50 Vitória (ES)
- 51 Votorantim (SP)

SINAL DA TV SENADO

projeto não inclui as câmaras municipais

- 1 Belém (PA)
- 2 São Luís (MA)
- 3 João Pessoa (PB)
- 4 Maceió (AL)
- 5 Campo Grande (MS)
- 6 Rio de Janeiro (RJ)
- 7 Curitiba (PR)
- 8 Macapá (AP)
- 9 Manaus (AM)
- 10 Boa Vista (RR)
- 11 Teresina (PI)

mentar. A ponto de o telefone de Evelin Maciel, ex-presidente e atual diretora da Astral e gerente dos projetos de TV digital da Câmara dos Deputados, não parar de tocar. Na maioria das ligações, vereadores ou diretores de emissoras legislativas municipais de todos os cantos do país querem saber como entrar na rede.

Depois de viabilizar os acordos com as emissoras listadas acima, Evelin corria da Câmara para o Ministério das Comunicações com outra lista de pedidos de câmaras e assembleias, todas devidamente transformadas em partes nos acordos de cooperação técnica firmados pela Câmara dos Deputados. Dessa forma, em abril, estava pronta para ser formalizada uma série de parcerias com os seguintes municípios paulistas: Santos, Guarujá, Valinhos, Sorocaba, Presidente Prudente, Americana, Araras, Bragança Paulista, Atibaia, Votorantim, Franca, Araraquara, Limeira, São José do Rio Preto, São Carlos, Praia Grande, Piracicaba, Penápolis, Mogi das Cruzes, Jundiaí, Itu, Cubatão, Marília, Caraguatuba, Botucatu e Assis.

Evelin fez parte das primeiras tratativas em torno da formação desta rede, em 2006, junto com a atual secretária de Comunicação da Câmara, Sueli Navarro. Elas levaram a cabo, na prática, a proposta em torno da qual foi criada a Astral, em 2003: formar uma rede de emissoras legislativas federais, estaduais e municipais. Outro personagem importante nessa história de sucesso é Antônio Denardi, secretário de Comunicação da Assembleia Legislativa de São Paulo, com quem a Câmara dos Deputados firmou a primeira parceria em torno da TV digital.

UMA REDE PARA O LEGISLATIVO

Tudo começou em 2006, ano em que o Brasil definiu seu modelo de TV digital. O padrão escolhido foi o mesmo usado no Japão, mas com uma pitada brasileira no que dizia respeito à interatividade. O Ginga, software nacional embutido no conversor digital, é que iria permitir ao telespectador do país usar o chamado canal de retorno, com a possibilidade de criar uma via de mão dupla com as emissoras. Ainda não se sabia bem o que poderia sair daí em termos de modelo de negócio para as Tvs comerciais – e não se sabe até hoje. Mas para as emissoras públicas também se abria um mundo de possibilidades.

Foi quando o governo e as emissoras começaram a pensar pela primeira vez no chamado operador único de rede. Para que o sinal digital pudesse ser captado em todo o país era preciso desligar os transmissores analógicos e colocar no lugar deles a tecnologia nova. O custo seria na casa dos bilhões, recurso que nenhum dos interessados estava preparado para arcar. Nem o setor público e nem o privado. O operador único permitiria a partilha dos gastos.

Estas discussões ainda eram relativamente incipientes quando, em um seminário sobre TV digital organizado pelo Conselho de Altos Estudos da Câmara, Evelin fez a sugestão de usar a multiprogramação permitida pela nova tecnologia para viabilizar a expansão dos canais legislativos federais, estaduais e municipais Brasil a fora. A proposta foi formatada pelo consultor legislativo da Câmara Cláudio Nazareno e transformada em um projeto de lei que passou a tramitar na Câmara com as assinaturas, entre outros, de dois deputados: Inocêncio Oliveira (PR-PE) e Walter Pinheiro (PT-BA)

O projeto permitia o compartilhamento dos canais digitais pelas emissoras públicas e foi o embrião da rede legislativa. A partir daí, na prática o que aconteceu foi que a tecnologia começou a ficar disponível antes de definido o formato do operador de rede.

Em 2006, assim que o sinal digital entrou em operação na cidade de São Paulo, Sueli Navarro, então diretora da TV Câmara, encampou a proposta de Evelin e as duas propuseram a Antonio Denardi, da Assembleia Legislativa de São Paulo, uma parceria pela qual a Câmara entraria com os custos do equipamento e a Assembleia com as despesas de manutenção. Estava lançada a semente da rede legislativa.

PARTILHA DE INVESTIMENTOS

Nos cinco anos que vão da assinatura do acordo com a Assembleia paulista até a autorização para a operação dos 56 canais digitais em São Paulo e Minas a rede legislativa tomou forma e foram definidos os papéis de cada um dos atores do projeto.

A proposta pode ser dividida em duas vertentes: os acordos da Câmara dos Deputados com as Assembleias Legislativas e os acordos com as câmaras municipais. Nos acordos com as assembleias, a Câmara entra com o transmissor e a antena. A assembleia, por sua vez, entra com o custeio

“As câmaras municipais gastariam os mesmos recursos para transmitir analogicamente. Com o sinal digital, teremos a TV Câmara, TV Assembleia e TV Câmara Municipal num mesmo transmissor, pelo mesmo custo que há dois ou três anos se teria só para uma emissora”

Evelin Maciel

Ex-presidente e atual diretora da Astral e gerente dos projetos de TV digital da Câmara dos Deputados

– obras de infraestrutura, manutenção de rede elétrica, monitoramento dia e noite do sinal e aluguel da torre – quando for o caso. Depois de São Paulo, a Assembleia de Minas Gerais também entrou na parceria com a adesão da TV Assembleia estadual, dirigida por Rodrigo Lucena, também ex-presidente da Astral.

Mas os municípios do interior não queriam esperar que a Câmara chegasse a todas as capitais para só então expandir a rede para o interior. Criou-se um novo tipo de parceria, em que a Câmara oferece o canal, a que tem direito por ser parte da União. A partir daí, para receber o sinal digital, a câmara municipal tem que comprar uma antena e um transmissor, equipamentos que, por terem alcance apenas local, são bem mais baratos que os adquiridos nas capitais.

“Essas câmaras municipais gastariam os mesmos recursos para transmitir analogicamente. Com o sinal digital, teremos a TV Câmara, TV Assembleia e TV Câmara Municipal num mesmo transmissor, pelo mesmo custo que há dois ou três anos se teria só para uma emissora”, explicou Evelin.

Nos demais estados, como forma de dividir os investimentos, a Câmara dos Deputados fez um acordo com o Senado. Em março, Marco Maia e o presidente do Senado, José Sarney, formalizaram a parceria para implantar canais digitais abertos e gratuitos da TV Câmara e da TV Senado nas capitais. O documento prevê o compartilhamento dos transmissores digitais instalados, o que reduzirá os custos de expansão do sinal das emissoras.

Na primeira etapa de vigência do acordo, que vai até 2013, a Câmara se compromete a im-

plantar o sinal de sua TV em 11 capitais; e o Senado, em outras 11. O acordo estabelece que os canais instalados por uma das Casas legislativas vão ceder à outra Casa, sem ônus, uma faixa de programação (subcanal). Isso permitirá a transmissão simultânea (em um mesmo canal) da programação da TV Câmara e da TV Senado nas 22 capitais.

A TV Câmara se comprometeu a instalar estações em São Paulo (já em operação), Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizonte, Salvador, Florianópolis, Cuiabá, Vitória, Palmas, Goiânia e Recife. Já a TV Senado implantará estações em Belém, São Luís, João Pessoa, Maceió, Campo Grande, Rio de Janeiro, Curitiba, Macapá, Manaus, Boa Vista e Teresina.

Brasília também conta com o canal digital em sinal aberto, e já foram firmados convênios com as TVs assembleias em Porto Alegre (RS), Fortaleza (CE) e Belo Horizonte (MG), cujas operações serão inauguradas no primeiro semestre de 2012. Ainda em 2012, as parcerias devem incluir sinais digitais em Salvador (BA), Florianópolis (SC), Vitória (ES), Manaus (AM) e Rio de Janeiro (RJ).

Apesar do avanço dos signatários e da consolidação da rede, por meio dos acordos de cooperação técnica, ainda há problemas pontuais a serem resolvidos. Em alguns estados, as assembleias demoram a formalizar sua adesão à rede e são pressionadas por câmaras municipais ávidas por obter seu canal de TV digital. Em outras, municípios de regiões metropolitanas precisam entrar em um acordo de repartição do horário de programação do canal local, como foi feito na Grande São Paulo, em função do avanço do sinal de um município para outro.

ESPECIALISTAS DEFENDEM TV PÚBLICA

A transição do sistema analógico para o digital poderá fortalecer as televisões públicas, entre elas os canais legislativos. Essa é a opinião do secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações, Maximiliano Salvadori. “Agora estão todos no mesmo patamar, é o momento das TVs públicas se fortalecerem com melhor qualidade e massificação da transmissão.”

Para Salvadori, a TV pública pode ser “a ponta de lança de um projeto estruturante” para a TV digital no Brasil. Para isso, ele considera que a prioridade é a criação da infraestrutura de transmissão.

Segundo o secretário, uma possibilidade é aproveitar o modelo de transmissão vigente, em que o sinal é distribuído nacionalmente por satélite e difundido localmente por retransmissoras. “É uma alternativa. Com o grande mérito de permitir massificar rapidamente a cobertura pela TV digital.”

A televisão ainda é o meio de comunicação de maior alcance no país. Apenas 27% da população brasileira têm acesso a computador com internet. Nas classes D e E, esse índice não passa de



Sueli Navarro, secretária de Comunicação da Câmara dos Deputados

3%. Nesse extrato, 81% das pessoas nunca usaram a internet. Em compensação, mesmo nos setores mais pobres, a televisão está em 95% dos domicílios. O índice brasileiro, se consideradas todas as classes sociais, é de 98%, dados divulgados em Seminário na Câmara dos Deputados.

Para Fernando Soares, da Pontifícia Universidade Católica (PUC), o sucesso da TV pública depende também da produção de conteúdos adequados à tecnologia digital, com instrumentos reais de interatividade. “Hoje ocorre apenas a replicação da web na TV. Isso é muito ruim, precisamos de aplicações muito mais criativas”, afirmou. ■

IDEAL

Antenas Profissionais

IDEAL ANTENAS

As melhores soluções para Sistemas de FM, TV e DTV



Antena FM - Alta Potência Modelo 6814 - Shively



Antena Slot - DTV



Antena Painel API - DTV Banda Larga



Torre autoportante para realização de Testes Sistemáticos



Chave Coaxial Elétrica com Comando Remoto



Combinador Balanceado Multicanais

Tel.: +55 35 3449 9688
www.idealantenas.com.br

Empresa certificada ISO 9001



Membro da Federação CISQ

RINA
ISO 9001:2000
Sistema da Qualidade Certificado

TV ALESP

A fiadora da rede legislativa

Assembleia paulista viabilizou a expansão do sinal digital junto com a Câmara dos Deputados. Diretor de Comunicação conta como foi o processo

O canal 61 em São Paulo foi inaugurado em abril de 2010 e é, na prática, o marco inicial da Rede Legislativa de TV Digital, com a possibilidade de ser dividido em quatro, por meio da multiprogramação, marca da tecnologia. Isso significa quatro canais com programação independente e simultânea.

Foi a parceria da Câmara dos Deputados (TV Câmara) com a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (TV Alesp) que permitiu que o projeto fosse posto em prática. E dois personagens criaram as condições para que isso acontecesse: a secretária de Comunicação da Câmara dos Deputados, Sueli Navarro, e o diretor do



Plenário da Assembleia paulista, casa que primeiro ingressou na rede proposta pela Câmara

Departamento de Comunicação da Assembleia Legislativa de São Paulo, Antônio Rudnei Denardi. Desde 2006, quando começaram as conversas em torno da formação de uma rede de TV digital unindo as emissoras legislativas, os dois garantiram que a proposta fosse considerada estratégica pelas duas casas, mesmo com a alternância periódica de presidentes.

Desde 2010, quando a parceria foi formalizada e a multiprogramação passou a funcionar em São Paulo, os paulistanos podem acessar, em canal aberto, as duas emissoras legislativas do Congresso Nacional (TV Câmara e TV Senado) e a TV Alesp. O quarto canal, com calcance limitado aos municípios da Grande São Paulo, começou a virar realidade em abril último, depois de muitos estudos técnicos e negociações.

O problema inicial, que se repete em outras regiões metropolitanas, onde não há um limite físico claro entre os municípios, é como limitar o avanço do sinal aberto. As mais de 30 cidades que fazem parte da Grande São Paulo teriam que ser abrigadas em um único canal local e, para isso, precisariam chegar a um acordo em torno da partilha da programação e dos horários. Esta costura foi feita ao longo destes dois anos e culminou com a assinatura, em abril, do documento que permitiu este compartilhamento.

Com isso, cerca de 20 milhões de habitantes da Grande São Paulo passariam a ter acesso na TV aberta ao sinal da Rede Legislativa. O acordo previu a divisão do canal local entre as 39 câmaras municipais da região metropolitana. A Câmara Municipal da capital ficou com dez horas de programação, e as demais cidades com as 14 horas restantes. Assim, a rede legislativa, que já transmitia há três anos os sinais da TV Câmara (61.1), TV Assembleia (61.2) e TV Senado (61.3), passou a contar também com o canal 61.4, das câmaras de vereadores locais. Até então, estes canais só estavam disponíveis na capital paulista nos serviços de TV por assinatura ou na web.

Nesta parceria, a Câmara dos Deputados investiu cerca de R\$ 7 milhões na aquisição de equipamentos, e a Assembleia de São Paulo ficou com os gastos de custeio. Com a entrada dos municípios da região metropolitana de São Paulo, este custeio passa a ser dividido também entre os novos parceiros. A TV Senado, também no ar, não divide gastos porque tem um acordo de reciprocidade com a Câmara dos Deputados e irá implantar operações de TV digital em outras

capitais, onde oferecerá o sinal da TV Câmara também sem custos – ainda que a TV Senado não tenha a intenção, por enquanto, de expandir o sinal digital para os municípios.

Além dos municípios da região metropolitana de São Paulo, a Assembleia Legislativa, sempre em parceria com a Câmara dos Deputados, formalizou acordos com cerca de 40 cidades do interior, cujas TVs de câmaras municipais também passarão a integrar a rede.

PROGRAMAÇÃO VARIADA

A TV Alesp, que virou na prática a fiadora da rede legislativa proposta pela TV Câmara, tem 24 horas de programação e, com a expansão do sinal digital, poderá ser acessada também nos municípios do interior.

Assim, os paulistas, e não apenas os paulistanos, poderão acompanhar os debates e decisões que afetam a vida de todos os habitantes do estado. Além da transmissão das votações e das audiências públicas, o canal 61.2 leva ao cidadão programação que aborda desde temas históricos até prestação de serviços – além de muito debate político, marca registrada da maioria das emissoras legislativas.

No programa *Arena Livre*, por exemplo, uma personalidade importante é entrevistada por deputados estaduais. No *Questão de Ordem*, o debate é entre dois deputados de posições antagônicas que discutem, por exemplo, dívida pública, pena de morte, crise energética, privatizações. No programa *Em Discussão*, um projeto de lei é debatido pelo autor e três convidados de diferentes segmentos da sociedade.

A emissora produz ainda programas culturais, educativos e históricos sobre o estado de São Paulo e sua gente, como *AL Depoimento*, *Todos os paulistas*, *RG paulista*, *Em Cena* e *Nome da rua*.

Tem ainda debates com representantes da sociedade sobre os projetos e discussões travados na assembleia (*Assembleia popular*, *AL debate*, *Agora é Lei*). Mas o carro-chefe é o jornalismo, com notícias e transmissões das discussões de plenário e das comissões (*AL Notícia*, *Em plenário*, *AL Manhã*, *Por dentro da política*) e informações sobre os deputados (*Auto retrato*). Sobra até espaço na grade para programas de serviço, com temas diretamente ligados ao interesse do cidadão (*De gente pra gente*, *Saúde & vida*).



Denardi ao lado da estátua de José de Anchieta, fundador de São Paulo: aposta no futuro

O diretor do Departamento de Comunicação da assembleia, um dos responsáveis pela ousada operação que vai permitir aos paulistas em geral acesso à programação da TV Alesp – e também às da TV Câmara, TV Senado e TV das câmaras municipais dos municípios, contou à *Revista da Astral* como começou essa história e quais as vantagens da rede legislativa para o brasileiro.

REVISTA DA ÁSTRAL - Como surgiu a ideia da parceria com a TV Câmara como maneira de abrir o sinal da TV em SP?

ANTONIO DENARDI - Com o advento do Sistema Digital Brasileiro, a possibilidade de operar a multiprogramação foi a solução que nós precisávamos, tendo em vista que não existia a menor possibilidade de conseguirmos um canal analógico em São Paulo já que todo o espectro estava tomado.

Que tipo de obstáculo vocês tiveram de enfrentar?

Nenhum. Como a Sueli Navarro (secretária de Comunicação da Câmara dos Deputados) acompanhou de perto este processo, sempre caminhamos juntos, com paciência e obstinação, pois já são cinco anos de luta, com resultados espetaculares.

A população percebeu a mudança? Houve mais retorno dos telespectadores?

Sem dúvida nenhuma, pois quando saímos de um sinal fechado e pago, que atendia somente aqueles que possuíam uma assinatura, para um sinal digital e gratuito que só na grande São Paulo atende a mais de 20 milhões de cidadãos, público que será duplicado até ao final ano com a entrada do sinal em mais 20 municípios, o resultado é formidável. E agora, num segundo momento, quando iniciarmos os estudos para implantação da interatividade, os resultados serão ainda melhores.

Quais as vantagens da Rede legislativa?

É a possibilidade de contar com os quatro entes do Poder Legislativo, em especial as câmaras municipais, principais atores nesta parceria. Afinal, as câmaras são as responsáveis diretas pela implantação da rede.

Foi difícil chegar a um acordo com as TVs das câmaras municipais da Grande São Paulo para que elas pudessem dividir o mesmo canal?

Não. Todos querem ter a oportunidade de mostrar os trabalhos que são desenvolvidos dentro do parlamento municipal.

Esse modelo é viável em outras regiões metropolitanas?

Sem nenhuma dúvida.

O que você acha que a TV da câmara municipal deve fazer quando a TV Assembleia do estado não tem como prioridade a abertura do canal de TV digital?

Acho que não existe esta possibilidade. A chegada do canal digital é o início do caminho para que o Poder Legislativo possa mostrar os trabalhos desenvolvidos pelos senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

O modelo da Rede Legislativa pode ser seguido por outras emissoras do campo público?

Pode. Talvez a NBR possa fazer parcerias com estados e municípios para dividir seu canal e cada um mostrar as ações que são desenvolvidas pelos três poderes, União, estados e municípios.

Por que investir na abertura do sinal digital das TVs legislativas?

Pelo alcance que a TV possibilita, ao mostrar tudo que é produzido pelo Parlamento, e pela transparência, já que todos os cidadãos podem acompanhar os trabalhos que são ou não desenvolvidos pelo seu parlamentar, eleito pelo seu voto.

Que tipo de desafio ainda deve ser superado para a formação de uma verdadeira rede legislativa nacional?

Acho que estamos no caminho certo, com apoio e compreensão de todos, sejam profissionais das TVs, como também dos parlamentares, que são os



Plenário lotado da Alesp: TV aumenta participação popular

maiores interessados na implementação deste projeto.

Como você vê a programação das emissoras daqui a dez anos, com o aumento do alcance e com a possibilidade de interatividade?

Acho que, em dez anos, todas as mídias serão obviamente digitais e interagindo em tempo real, TV, rádio, Internet e outras, o que abre um vasto campo para atender as demandas do cidadão por transparência e participação política. ■

SERVIÇO

A TV Alesp transmite 24 horas ininterruptas e pode ser assistida por parabólica, pelos canais 66 da TVA e 13 da NET. Na Grande São Paulo pode ser acessada ainda no canal 61.2 da TV aberta. Mais informações: <http://www.al.sp.gov.br>.

O que é a Rede Legislativa de TV Digital?

É um projeto da Câmara dos Deputados que prevê quatro canais legislativos digitais por meio da multiprogramação: dois nacionais (TV Câmara e TV Senado), um estadual (TV Assembleia Legislativa do estado) e um local (da TV da Câmara Municipal).

Por que investir num canal digital?

Porque o sistema analógico (que é a TV que assistimos hoje no Brasil) está prevista para acabar em 2016. E a rede legislativa, com a previsão de partilha dos custos, é o sistema mais viável a vista. Hoje, a TV Câmara ainda é sintonizada, na maior parte do país, na TV a cabo ou por meio de antena parabólica.

O que é multiprogramação?

É a capacidade técnica oferecida pela tecnologia digital de um mesmo canal se dividir em quatro, independentes entre si. Este uso, hoje, é permitido apenas para as emissoras do campo público. Por isso o governo federal estuda a adoção de um operador de rede único para estas emissoras, uma maneira de dividir os custos e baratear a operação. A rede legislativa, porém, se antecipou ao operador de rede – que não está sequer definido – e se transformou numa maneira eficiente de levar aos brasileiros as informações do Poder Legislativo – federal, estadual e municipal, em sinal aberto e gratuito.

O sinal aberto digital já chegou a todas as capitais?

Não. A rede legislativa está em funcionamento apenas na capital paulista, há três anos. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal fizeram um acordo e dividiram entre si os custos e a responsabilidade de levar o sinal às capitais. O Senado ficou com Belém (PA), Boa Vista (RR), Campo Grande (MS), Curitiba (PR), João Pessoa (PB), Macapá (AP), Maceió (AL), Manaus (AM), Rio de Janeiro (RJ), São Luiz (MA) e Teresina (PI). Já a Câmara ficou com São Paulo (SP) – já em operação –, Belo Horizonte

(MG), Cuiabá (MT), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Goiânia (GO), Palmas (TO), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Salvador (BA) e Vitória (ES). Este acordo prevê reciprocidade de ações. Nas capitais onde a Câmara instalar transmissor, a TV Senado ocupará um dos canais. E vice-versa. Este acordo restringe-se às capitais.

Basta que a capital tenha o canal digital para que os municípios entrem na rede legislativa?

A rede gerida pelo Senado não prevê um canal para os municípios na multiprogramação. O acordo da Câmara com as assembleias é que prevê a expansão do sinal para o interior dos estados. Quem vai gerenciar esta expansão é a assembleia, que assina acordos com a Câmara dos Deputados e as câmaras municipais.

Como o sinal chega aos estados e municípios?

O Ministério das Comunicações autoriza o canal aberto digital na capital do estado. Depois, a Câmara dos Deputados e a Assembleia Legislativa assinam um acordo de cooperação técnica que prevê a partilha dos custos da operação. A Câmara fica responsável pela instalação da antena e do transmissor no Estado, a Assembleia fica encarregada da manutenção (custeio) do equipamento, custo posteriormente dividido com as Câmaras Municipais da região metropolitana.

E os municípios do interior?

O Ministério das Comunicações autoriza o canal da TV Câmara nos municípios. A Assembleia Legislativa Estadual auxilia a Câmara dos Deputados a identificar as câmaras municipais interessadas em aderir ao projeto. A Câmara Municipal, neste caso, tem que arcar com os custos da recepção e da transmissão do sinal de TV digital – custo bem menor que das capitais, já que o alcance do transmissor é apenas local.

Como fica a situação das regiões metropolitanas onde não há limites físicos entre os municípios?

Ainda não há uma solução técnica que impeça o sinal de TV de avançar para o município vizinho, por isso é fundamental um acordo entre as câmaras municipais que estabeleça uma divisão da programação de um mesmo canal – acordo semelhante ao feito pelos municípios da Grande São Paulo.

O que o município tem que fazer para entrar na rede da Câmara?

Primeiro, o presidente da casa legislativa deve enviar um documento endereçado ao presidente da Câmara dos Deputados em que manifesta o interesse em firmar convênio para implantação da Rede Legislativa de TV Digital no seu município ou estado, no caso do presidente da Assembleia. Neste documento, ele declara capacidade de cumprir as responsabilidades advindas da parceria e indica o contato de um responsável técnico ou servidor para definição das condições adequadas para a instalação da estação (localização, disponibilidade de infraestrutura). O segundo passo é a aprovação dos termos do acordo pela Casa Legislativa. O acordo, então, é assinado pelas três partes interessadas – Câmara dos Deputados, Assembleia Estadual e Câmara Municipal. Em seguida é preciso elaborar um projeto técnico de instalação da estação, por engenheiro(a) próprio(a) da casa legislativa municipal ou por meio da contratação de terceiros. O contratado deverá ser engenheiro(a) habilitado(a) e deverá se encarregar da emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA, conforme exigência do Ministério das Comunicações.

O projeto é necessário para iniciar a operação do canal?

Sim. O Projeto de Instalação deverá atender aos requisitos da Norma 01/2009, aprovada pela Portaria 24/2009 do Ministério das Comunicações, incluindo todos os formulários pertinentes, e preenchido em nome da Câmara dos Deputados, detentora da consignação. O Projeto deve ser enviado à TV

Câmara, que se encarregará de encaminhá-lo ao ministério.

Que equipamentos são necessários para a transmissão do sinal digital?

Além dos equipamentos transmissores, sistemas irradiantes (torre e antena), a estação de transmissão deverá possuir:

- 1) Os “encoders” necessários para a compressão dos sinais de áudio e vídeo das programações da Câmara Municipal e da Assembleia;
- 2) Um sistema de recepção via satélite (antena parabólica e receptor profissional de sinais digitais de satélite) dos sinais da TV Câmara oriundos de Brasília;
- 3) Um sistema de multiplexação (compatível com o ISDB-TB) para agregação das programações locais com os sinais provenientes de Brasília;
- 4) Opcionalmente, um sistema de geração de guia eletrônico de programação (EPG) para as programações locais e para inclusão de conteúdo interativo local;
- 5) Sistema de ar condicionado, com o objetivo de manter a refrigeração dos equipamentos da estação;
- 6) Sistema de no-break e grupo gerador, para garantir o funcionamento da estação durante possíveis interrupções no fornecimento de energia elétrica;
- 7) Abrigo adequado para os equipamentos da estação;
- 8) Conexão à rede de telecomunicações, a fim de permitir telemetria e monitoramento à distância;
- 9) Além dos demais equipamentos definidos pelo(a) engenheiro(a) habilitado(a) responsável pelo projeto de instalação.

Onde este sistema já está implantado e qual o cronograma de operação?

O sistema já opera em São Paulo há 3 anos. Até agosto, a rede legislativa deve estar implantada nos seguintes municípios: Ribeirão Preto, Barretos, Jaú, Porto Alegre, Fortaleza, Belo Horizon-

te, Palmas, Goiânia, Cuiabá, Vitória, Lavras, Sete Lagoas, Pouso Alegre, Jacareí, Bauru, São Carlos, Tupã, Campinas, Divinópolis e Ourinhos.

Podem ocorrer atrasos no cronograma?

Sim, porque não basta a autorização do sinal. É possível a necessidade de ajustes técnicos nos projetos. Estes projetos passam por várias fases de análise até a entrada da emissora em operação. Primeiro, o projeto técnico de instalação encaminhado à Câmara dos Deputados deve ser elaborado de acordo com a Norma 01/2009, aprovada pela Portaria 24/2009 do Ministério das Comunicações. Os engenheiros da Câmara analisam então se o projeto não irá produzir interferências em outros canais, incluindo os outros 61 da rede legislativa. Em caso de interferência, a Câmara pode solicitar ajustes, como possível redução de potência ou mudança de antena. Depois desse crivo inicial, o projeto é encaminhado para o Ministério das Comunicações, que irá analisar e emi-

tir o Ato de aprovação de locais e equipamentos, isto é, a “Aprovação de local”. Em seguida, o ministério encaminha o Ato para a Anatel, que irá emitir a “Autorização de Radiofrequência”. A partir de então, a emissora já pode entrar em operação.

A partir daí está tudo resolvido ou existe alguma pendência?

Após a entrada em operação, é preciso ainda encaminhar um “Laudo de Vistoria”, elaborado por um engenheiro competente, atestando que a emissora está de acordo com a “Aprovação de local” emitida pelo Ministério das Comunicações. Só depois de receber este laudo o ministério vai emitir a “Licença de Funcionamento”, que é o documento definitivo da estação.

SERVIÇO
Mande sua dúvida para:
gerencia@astralbrasil.org



Especializada em Projetos Técnicos para Emissoras Legislativas.

LEVANTAMENTO TÉCNICO DE CAMPO.

PROJETO DE TRANSMISSÃO (ERP, Contorno e Mancha).

PROJETO DE ENLACE DE RÁDIO OU FIBRA ÓPTICA.

PROJETO DE TORRE, ABRIGO E CONTAINER (Civil, Estrutural e Elétrico).

AUXÍLIO TÉCNICO NA ESCRITA E ACOMPANHAMENTO DE LICITAÇÕES.

PROJETOS COMPLETOS DE ESTÚDIOS E CENTRAIS TÉCNICAS.

UP GRADE DE EQUIPAMENTOS E ATUALIZAÇÕES TECNOLÓGICAS.

Todos os Projetos com CREA, ART e Obedecendo as Normas e Padrões da ANATEL, Ministério das Comunicações e o Convênio da Rede Legislativa.

ozneproyetos@yahoo.com.br
(12) 9148-4366 - (12) 7816-6527
ID-Nextel: 55*14*573017



TV legislativa: onde encontrar a receita?

POR | KARINE PAGLIARINI BRAVO*

São incontáveis as casas legislativas que se empenham na implantação de sistemas de comunicação que possam trazer transparência aos atos de seus parlamentares. Diante disso engenheiros e jornalistas se lançam no grande desafio de montar uma TV pública.

Não há um manual para montar uma televisão legislativa. Em um país com mais de 50 anos de televisão privada, o que existe é um desafio para os legisladores, que tem a iniciativa de reverter dinheiro público em democratização da informação.

As TVs legislativas surgiram no Brasil no ano de 1995, amparadas pela Lei do Cabo, que previa a criação de seis canais básicos de utilização gratuita na grade das operadoras de televisão por assinatura. O objetivo do inciso I do artigo 23 da referida lei era de ser um “canal voltado para a documentação dos trabalhos parlamentares, especialmente a transmissão ao vivo das sessões”.

Hoje, passados 17 anos de sua elaboração, as TVs legislativas não apenas transmitem ao vivo o trabalho dos parlamentares, como também produzem uma programação própria, de cunho educativo, tendo como público a sociedade e não o consumidor.

Mas como fazer uma programação diferenciada, diversificada e pluralista, que atenda não só a expectativa popular, mas também o anseio dos próprios parlamentares? Será preciso disposição e ousadia.

Nos municípios que possuem o sistema de TV a cabo e recebem a programação da TV Assembleia, esta por sua vez compartilha sua programação com as TVs câmaras. Porém, existem municípios onde as TVs câmaras locais transmitem suas atividades por outros meios, e não no sistema compartilhado de TV a cabo.

O fato é que ter uma TV mantida com dinheiro público, que precisa ser paga para ter acesso, lançou uma corrida a favor da tecnologia.

Em Pouso Alegre, no sul de Minas Gerais, a TV legislativa passou a funcionar em canal aberto digital em setembro de 2011, com menos de um ano de implantação. O que fez a casa legislativa do interior mineiro sair na frente foi uma parceria com uma empresa privada, fabricante de transmissores, que testa o canal digital no município.

Hoje, com a Rede Legislativa de TV Digital criada pela Câmara dos Deputados, inúmeros municípios tem a oportunidade de ser contemplados com a tecnologia que visa atender a luta das casas legislativas brasileiras pela democratização da informação.

Uma grande parceira das TVs legislativas tem sido a Associação Brasileira de TVs e Rádios Legislativas (Astral). Câmaras e assembleias legislativas associadas a ela conseguem subsídios que vão desde a orientação técnica à programação.

Mas quem pode montar uma TV e qual a viabilidade do projeto? Todas as casas legislativas podem almejar um canal de TV, porém, no início será fácil se deparar com parte da população muitas vezes contrária ao investimento necessário para a implantação da emissora, levando em conta outras carências do município, como saneamento básico, por exemplo. Um conceito que só muda depois que a emissora deixa de ser um projeto para se tornar uma realidade na vida dos munícipes.

Com a transmissão ao vivo das reuniões dos legisladores, o veículo oferece transparência dos atos parlamentares e clareza na interpretação dos projetos, uma ferramenta capaz de despertar o senso crítico da população.

Em síntese, implantar uma TV Legislativa demanda estudos técnicos, imparcialidade, moralidade, coerência e criatividade, ingredientes que resultam na expectativa das casas legislativas que tanto aspiram a este canal de comunicação: a democratização da informação!

.....
* DIRETORA DA TV CÂMARA
DE POUSO ALEGRE (MG)



Parte da equipe da emissora pioneira em levar à população o que acontece no Legislativo

TV ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS

E tudo começou com um circuito interno de TV

TV Assembleia de Minas Gerais foi a primeira do país e, 16 anos depois de criada, é modelo de emissora legislativa, com notícias e participação popular

Quando a TV Assembleia de Minas foi criada, na década de 90, como evolução de um circuito interno que transmitia apenas as reuniões de Plenário, quem poderia imaginar que, 16 anos depois, alcançaria 230 dos 853 municípios mineiros, com 24 horas de programação diária?

A emissora de televisão, que produz programação de qualidade sobre as atividades do Legislativo mineiro, se modernizou ao longo desses anos

e diversificou sua grade de programas, até alcançar o status de emissora de televisão (digital e aberta). Hoje é fonte fundamental de informações para os mineiros interessados em discussão política e nos temas que afetam diretamente os cidadãos – e não apenas o que acontece na assembleia.

A primeira TV legislativa do país foi criada formalmente em 30 de novembro de 1995, logo depois da sanção da Lei do Cabo, com a finalidade inicial de transmitir, em um canal a cabo, as

reuniões de Plenário e de comissões. Para o diretor de Rádio e Televisão da Assembleia, Rodrigo Lucena, a TV preencheu um vazio em relação ao que era oferecido por outras emissoras. “A TV passou a fazer uma ponte entre o Legislativo, o que acontece no Executivo e o que interessa para a sociedade”.

Depois de chegar a mais de 200 cidades por meio do sinal analógico, a TV Assembleia de Minas se expande hoje no interior do estado graças ao sistema de transmissão digital. “O objetivo é fazer a expansão digital em parceria com as câmaras municipais”, explica Rodrigo. A TV digital já está implantada em Pouso Alegre, no sul de Minas, e deve chegar este ano a Belo Horizonte, Lavras, Uberaba, Uberlândia, Sete Lagoas e Divinópolis.

Para o presidente da assembleia mineira, deputado Dinis Pinheiro (PSDB), a abertura do sinal da TV possibilitará que o Legislativo estadual alcance um público mais amplo. “A emissora será a voz dos mineiros no enfrentamento das desigualdades e na promoção da cidadania”, disse. O vice-governador de Minas – e ex-presidente da assembleia – Alberto Pinto Coelho tem raciocínio parecido. “Precisávamos levar mais informação, por isso elegemos como prioridade a concessão do canal aberto da TV Assembleia, o que significou uma conquista para a democracia”.

A expansão do sinal da emissora faz parte da Rede Legislativa de Televisão Digital, que vai permitir a cada município que aderir ao sistema acesso às programações integrais da TV ALMG, da TV Câmara, da TV Senado e da emissora da Câmara Municipal. Com essa parceria, os investimentos serão diluídos. No caso de Belo Horizonte, por exemplo, a Câmara dos Deputados vai financiar os equipamentos de transmissão e o investimento inicial para a transmissão digital que entrou no ar em março. Nesse modelo, os custos de instalação e manutenção são compartilhados. “É um momento de economicidade, de razoabilidade e de extrema qualidade”, avalia o diretor da TV, ao lembrar que o custo será inferior à atual manutenção do parque analógico nas cidades mineiras.

A CRIAÇÃO

O deputado estadual Alencar da Silveira Jr. (PDT) participou, nos anos 90, do grupo parlamentar que instalou a TV Assembleia no Legislativo mineiro. Ele lembra que a Casa era mais fechada antes da criação da emissora. “Houve resistência por parte de alguns deputados, mas

eu tinha certeza que o caminho era o da transparência. Existia um circuito interno de TV, que transmitia para um único aparelho de televisão na Assembleia as reuniões que aconteciam no Plenário”, conta. Para o deputado, com a criação da TV, a Assembleia de Minas se tornou mais aberta e transparente.

A criação de uma TV mudou até a forma de trabalhar dos próprios deputados. Os parlamentares perceberam rapidamente a importância desse contato direto e quase instantâneo com a população. “Ficamos todos mais atentos aos nossos pronunciamentos e, mais importante do que tudo, ficamos muito mais atentos aos sinais de retorno que a população nos dava e continua a nos dar”, disse Dinis Pinheiro.

Ramiro Batista de Abreu, ex-diretor de Comunicação Institucional entre 2000 e 2007 e ex-gerente-geral da TV ALMG entre 1997 e 1999, conta que a emissora foi importante, inicialmente, para mudar a imagem negativa de que o deputado não trabalhava. “Só o fato de o cidadão ligar a TV e ver a programação ao vivo, mostrando o deputado trabalhando, mudou inconscientemente a imagem negativa”. Ramiro acredita que, atualmente, o principal papel da TV Assembleia é a prestação de serviço, além de colocar os problemas do estado na pauta de discussão.

O secretário-geral da Mesa da ALMG, José Geraldo de Oliveira Prado, foi quem coordenou em 1996 o processo de modernização técnica da Assembleia. Ele relaciona a visibilidade proporcionada pela emissora com a transparência. “O principal papel da TV Assembleia, como é o de todos os meios de comunicação da ALMG, é dar visibilidade ao representante do povo e permitir que as pessoas tenham conhecimento do que se faz, como é que se constrói a legislação estadual, como estão sendo elaboradas as políticas públicas estaduais, como se fiscaliza”, resumiu José Geraldo.

Ele se lembra da época, no início dos anos 90, em que a Assembleia tinha apenas uma central de áudio e vídeo que produzia um programa, com duração de dois minutos, para emissoras de televisão comerciais. “Havia uma exigência, por parte das emissoras, de qualidade de áudio e imagem muito grande e, por isso, a Assembleia acabou investindo em equipamentos, ilha de edição, estúdio”, lembra José Geraldo.

Márcio Metkzer, hoje servidor aposentado da ALMG, foi o responsável pela produção dessas inserções, a partir de 1992. Ele conta que o programa

foi fundamental para que a Assembleia passasse a oferecer uma visão externa de prestação de serviço, de cidadania, já que antes havia apenas transmissão interna das reuniões de Plenário para os gabinetes. “Nós mostrávamos para a população, de maneira jornalística, o que a Assembleia fazia”, conta Márcio.

A primeira saída externa de uma equipe da ALMG foi para cobrir um desabamento na Vila Barraginha, em Contagem (MG), em março de 1992. Metkzer lembra do primeiro salto de produção ocorrido com a criação da TV Assembleia. “Tínhamos uma lancha veloz, para um produto de dois minutos, e passamos a conduzir um transatlântico, para abarcar uma programação de 14 horas”, compara.

O espaço físico onde hoje funciona a TV, no segundo andar do Palácio Inconfidência, começou a ser construído em 1997, quando assumiu a coordenação técnica da emissora o então diretor-geral Dalmir de Jesus. No ano seguinte, com a cobertura das eleições, os mineiros perceberam que havia algo de novo no ar.

ELEIÇÕES FORAM UM MARCO

Para a cobertura das eleições estaduais de 1998, a assembleia ofereceu recursos para a emis-

sora ficar 24 horas no ar, durante quatro dias. “Contratamos profissionais de fora, experientes em TV comercial, modificamos cenários e fizemos entradas no ar ao vivo, do Tribunal Regional Eleitoral. Também produzimos debates e, principalmente, antecipamos resultados, fazendo projeção dos dez deputados mais votados”, lembra Ramiro. “A cobertura se destacou e, a partir daí, a TV ALMG passou a ter visibilidade. Saímos do amadorismo e foi difícil pensar em voltar a produzir com limitação porque a cobrança por uma programação melhor foi cada vez maior”.

Rodrigo Lucena também ressalta a cobertura das eleições, principalmente a primeira, em 1998, como um marco na história da TV ALMG. “Depois disso, nós fomos aprimorando e percebendo que existia um nicho de mercado muito mal explorado pelas emissoras comerciais”, afirma.

Para crescer e atingir a maior parte do estado, a TV Assembleia foi obrigada a diversificar seu conteúdo. A emissora não se limita às reuniões de comissões e Plenário da Casa. “Os formatos eram insuficientes para ganhar o interesse das pessoas. Também era preciso chegar com uma linguagem um pouco mais didática, explicando os principais projetos e sua tramitação”, explica Rodrigo Lucena.



A cobertura jornalística das eleições de 2010 foi um marco para a TV Assembleia de Minas, com reportagens e análises dos resultados

SALTO DE QUALIDADE

Metzker destaca a qualidade dos programas e o profissionalismo da equipe. “Acredito que a TV ALMG é exemplo no país todo, graças a essa experiência embrionária e à cultura de televisão que a Casa adquiriu com o pessoal que trabalhou nos anos 90”, disse.

Segundo Rodrigo Lucena, o processo de melhoria da qualidade foi construído também pela necessidade imposta à TV ALMG de se consolidar como emissora de televisão, e não apenas como serviço de TV a cabo ou braço da assessoria de imprensa e da comunicação do Legislativo. Para ele, a obtenção do canal foi um fator determinante na história da emissora. “A nossa grande luta até este momento não foi só construir os programas e aprimorá-los, mas sermos aceitos como emissora de televisão”, avalia.

No início, a TV cresceu rapidamente e por isso foi preciso contratar por meio de terceirização. Com a estrutura consolidada e novas demandas de crescimento, percebeu-se que seria fundamental a realização de concurso público para a contratação de funcionários efetivos. Atualmente são 120 profissionais, entre jornalistas, técnicos, cinegrafistas e auxiliares.



D DEPOIMENTOS

“A TV Assembleia foi e é importante não apenas por fazer nossa mensagem chegar aos cidadãos, mas também por possibilitar que suas manifestações nos cheguem com maior rapidez e orientem nosso trabalho”

Deputado Dinis Pinheiro (PSDB)

presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

“A TV Assembleia de Minas Gerais, pioneira entre as TVs legislativas, patrimônio dos mineiros, sempre teve uma programação de qualidade e inovou em transmissões ao vivo, com alto índice de audiência no interior e na capital de Minas”.

Alberto Pinto Coelho

vice-governador de Minas Gerais e ex-presidente da ALMG

“A TV Assembleia dá ao cidadão a possibilidade de acompanhar os trabalhos dos seus representantes. Assim, pode cobrar mais e participar efetivamente do mandato de quem elegeu”

Deputado Alencar da Silveira Jr. (PDT)

“A TV Assembleia tem cumprido um papel fundamental para a democratização da informação e para a transparência do Legislativo em Minas Gerais, incentivando e concretizando a participação popular”

Deputado André Quintão (PT)

Presidente da Comissão de Participação Popular

Em 2008, um concurso público para o quadro funcional conseguiu qualificar ainda mais o trabalho, pois levou para a TV ALMG alguns dos melhores profissionais do mercado mineiro, reunindo quem já tinha experiência em emissoras de televisão e profissionais recém-formados. “Posso afirmar com tranquilidade que temos hoje uma equipe altamente qualificada e comprometida em fazer uma televisão de altíssimo nível”, avalia Lucena.

Natália Bini, 1ª colocada no concurso público para o cargo de repórter e jornalista, trabalhava em emissoras comerciais e decidiu tentar uma vaga na TV ALMG quando percebeu que o trabalho envolvia assuntos diversos e não apenas o processo legislativo e a política. “Aqui eu faço reportagens sobre cidadania, educação e cultura. Há uma diversidade de matérias e isso me animou muito”, conta Natália.

Rádio e internet reforçam presença no interior

A Diretoria de Rádio e Televisão da Assembleia Legislativa de Minas Gerais oferece também, há 12 anos, outro importante serviço de aproximação do Parlamento mineiro com a população. É a Rádio Assembleia, criada inicialmente para oferecer programação musical e informativa na Casa, e que se transformou em uma agência de notícias.

A gerente de Rádio, Rosângela Rabello, lembra que a expansão para o interior do estado começou em 2000, quando a Assembleia contratou locu-

tores para transmitir o *Correspondente Assembleia*, um boletim de notícias do Legislativo mineiro.

Naquela época, 150 emissoras do interior de Minas recebiam o serviço, feito ao vivo, por telefone. “No início, algumas emissoras resistiram à ideia, preocupadas com um eventual destaque a um ou outro parlamentar, mas logo viram que se tratava de um produto institucional, um boletim informativo com notícias da Assembleia”, explica Rosângela.

Atualmente, 250 emissoras de rádio, espalhadas por todas as regiões de Minas, recebem o boletim, o que totaliza 180 horas de veiculação de notícias da ALMG por mês.

“O nosso carro-chefe é o *Correspondente Assembleia*, porque temos a garantia de que a informação está sendo inserida, na hora, na programação da emissora do interior”, destaca a gerente de Rádio. Para o diretor Rodrigo Lucena, o trabalho com as rádios do interior funciona como se o locutor da ALMG fosse um correspondente de cada emissora, sem custo algum.

Para produzir o boletim, a equipe da Rádio, que conta com cinco jornalistas e dois estagiários, avalia a notícia pelo interesse mais abrangente e relevante, sob o ponto de vista da população do interior do estado. Em média, cada programa tem dois minutos de duração, com duas notícias.

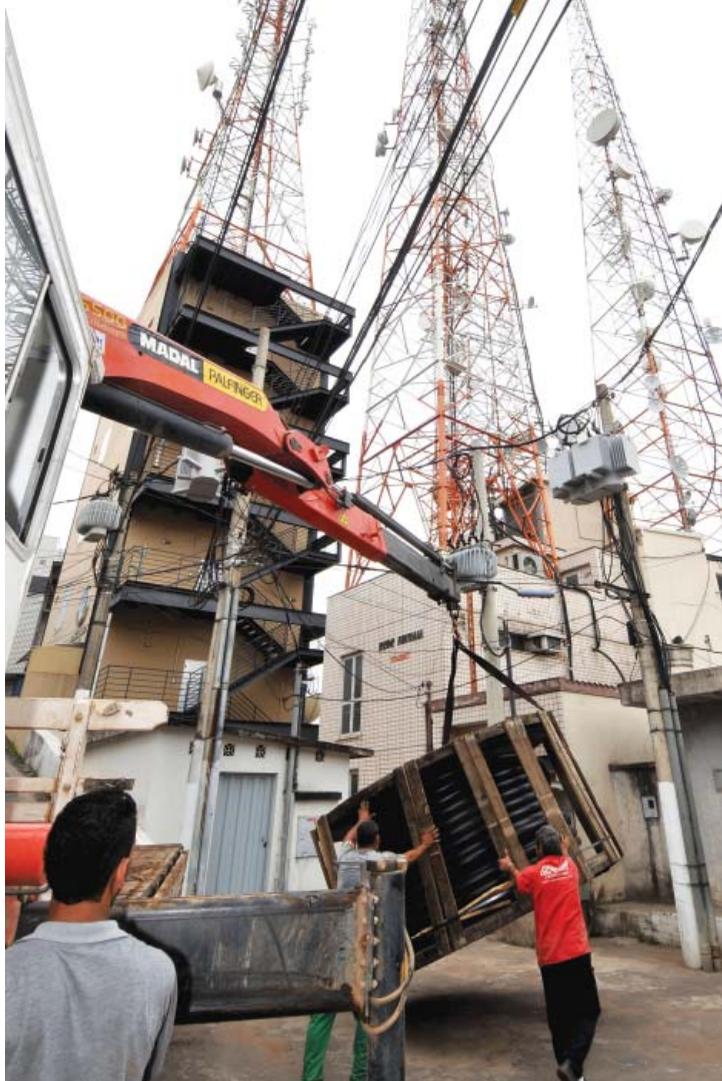
No ano passado, o *Correspondente Assembleia* proporcionou 45 mil participações ao vivo nas rádios do interior. “Em algumas cidades, o único ponto de referência da capital, com informações diretas da ALMG, é o nosso boletim. É um papel social importante que a rádio cumpre”, acredita Rosângela.



Posso afirmar com tranquilidade que temos hoje uma equipe altamente qualificada e comprometida em fazer uma televisão de altíssimo nível”

Rodrigo Lucena,
Diretor da TV ALMG





Torre de transmissão da emissora em Belo Horizonte

INTERNET

Esse material, recebido ao vivo por 250 emissoras, também está na página da rádio no portal da Assembleia (www.almg.gov.br/acompanhe/radio_assembleia) e é distribuído, via e-mail, para outras 760 rádios, entre comunitárias, educativas e comerciais. Além dele, outros produtos, como *Você pergunta, a Assembleia responde*, *Esta música tem história*, *Direito do Consumidor* e *Agora é Lei* podem ser baixados pela internet.

A TV Assembleia também pode ser assistida pelo Portal da ALMG na internet (www.almg.gov.br). Além de assistir à programação da TV Assembleia de Minas em tempo real e em qualquer lugar do mundo, a internet abre a possibilidade de o cidadão baixar os programas produzidos pela emissora.

“Em breve toda a programação estará na internet. E isso é bacana porque há possibilidade de rever”, explica Rodrigo Lucena. “E, como os conteúdos são de interesse de estudantes e universitários, funcionam também como um material de pesquisa”, completa. ■

DEPOIMENTOS

“Mais do que informar a população de Minas Gerais sobre o que acontece no Legislativo, a TV Assembleia promove cidadania e promove a cultura mineira”

Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)
Líder do Governo

“É comum chegarmos em um município do interior do estado e ouvir alguém dizer: deputado, eu vi seu pronunciamento na TV Assembleia. Nesses momentos, podemos confirmar o alcance da TV”

Deputado Dilzon Melo (PTB)
1º-secretário da ALMG

“A trajetória da TV Assembleia é marcada pela prestação de contas à sociedade, sobretudo nas transmissões ao vivo das audiências públicas, em TV aberta, para grande parte do território mineiro, sem cortes ou censura”

Deputado Durval Ângelo
presidente da Comissão de Direitos Humanos da ALMG

SERVIÇO

COMO ASSISTIR - A programação é 24 horas e a sintonia - canal - depende da cidade. A relação dos canais em cada município pode ser acessada no site da ALMG (www.almg.gov.br/tvalmg), tanto no cabo quanto aberta. Em Belo Horizonte é o canal 11 das operadoras a cabo e o 35 - aberto. Agora com o canal 35, cerca de 245 cidades em todo o Estado recebem o sinal.

O projeto de transmissão de TV digital e a rede legislativa

POR | VALDEREZ DE ALMEIDA DONZELLI*

A televisão digital foi desenvolvida em função da evolução tecnológica e seu objetivo é proporcionar ao telespectador uma imagem de melhor qualidade, que pode ser em alta definição (HD) ou também definição padrão (SD), a recepção em aparelhos portáteis e em mobilidade (one seg - OS), como telefone celulares, GPS entre outros, e, por fim, possibilita a transmissão de dados (interatividade).

O sinal da TV analógica é composto pelas portadoras de áudio, vídeo e cor e a energia é concentrada próxima a essas portadoras, enquanto que o sinal do sistema de TV digital é composto por milhares de portadoras dentro da faixa de frequência do canal (6 MHz). Por esta característica, comparando com a televisão analógica, a TV digital possibilita melhor qualidade, maior número de programas, recepção móvel e portátil e interatividade, utilizando a mesma largura de canal de 6 MHz. Estudos e avanços tecnológicos continuam e assim, no futuro, poderá ser possível mais de um sinal no One Seg, mais de um sinal de HD e mais do que quatro sinais SD - modelo adotado hoje pela rede legislativa.

O modelo de transmissão da TV digital da rede legislativa prevê a utilização de multiprogramação em quatro canais com definição padrão (SD), além do canal de mobilidade.

INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO

O *workflow* de uma estação de televisão se divide em vários processos como a captação e geração de conteúdo, armazenamento, distribuição e transmissão da programação. Todos esses procedimentos e, principalmente, a transmissão estão fundamentados em legislação estabelecida nos âmbitos de governo federal, estadual e municipal, além de critérios técnicos das normas ABNT.

Para a TV pública, além da legislação dos serviços de radiodifusão, existe uma legislação

específica do Ministério das Comunicações que se refere a instalação, operação e disponibilidade do sinal da emissora no ar.

A abordagem deste artigo é dirigida para o sistema de transmissão, que é o responsável por entregar o sinal para cada telespectador, de forma conjunta ou individual.

ESTAÇÃO DE TRANSMISSÃO

O sistema de transmissão é composto pelo equipamento transmissor (que transforma os sinais a serem transmitidos em energia), pela antena de transmissão (que converte essa energia em campo eletromagnético e transporta através do espaço até o telespectador) e sua estrutura de sustentação (torre, cabos, conectores, combinadores e outros acessórios que transportam a energia do transmissor para a antena).

A escolha destes equipamentos é realizada através de um estudo de engenharia que irá definir o conjunto de características técnicas do transmissor, da antena, dos cabos e acessórios, analisando: prospecção do local de instalação, infraestrutura de instalação e área de cobertura.

A prospecção do local é a escolha de um ponto para a instalação da estação de transmissão de modo que resulte na melhor cobertura, em função da análise de infraestrutura e área de cobertura. A infraestrutura compreende as dimensões físicas do terreno adequadas ao sistema de transmissão, o abrigo de equipamentos, capacidade elétrica, condicionamento de ar e torre com local adequado para instalação da antena de transmissão. A área de cobertura é definida como a área de prestação do serviço calculada em função de determinado valor de intensidade do sinal entregue ao telespectador.

Equipamentos

O transmissor deve atender as normas ABNT para TV digital e ser homologado pela Anatel. As características técnicas devem ser dimensionadas no estudo de engenharia, que irá avaliar a sua potência, entre outros itens técnicos.

A antena não é especificada em norma ABNT e também não é homologada pela Anatel, deste modo a aceitação em fábrica é muito importante para certificar que o produto comprado atende ao especificado no estudo de engenharia. A especificação da antena considera o tipo de diagrama de irradiação, o ganho, a polarização, a altura de instalação e posicionamento na torre.

Um problema comum é a instalação de antenas que são projetadas pelo fabricante para fixação no topo da torre e são instaladas na lateral da torre. Tal situação implica na deformação do diagrama de irradiação, que traz como consequência prejuízo para a área de cobertura.

A linha de transmissão (cabo) leva o sinal do transmissor até a antena, provocando a atenuação do sinal neste percurso, ou seja, se o sinal na saída do transmissor é de 500 W o sinal que chega na antena pode ser de apenas 250W ou 400W. Assim o estudo de engenharia deve considerar as características técnicas e mecânicas da linha, além do fator econômico.

Infraestrutura

Toda a infraestrutura pode ser compartilhada, principalmente objetivando a redução de custos para implantação.

Para a torre, além de disponibilidade de local adequado para a instalação da antena de transmissão, devem ser avaliadas a condição da manutenção da torre e a carga existente e prevista, lembrando que a falta de manutenção e o excesso de carga podem provocar a queda da torre.

O abrigo dos equipamentos deve dispor das condições e dimensionamento apropriados, devem ser avaliados a carga elétrica existente e prevista, a estabilidade elétrica, o condicionamento de ar, a necessidade de nobreak e gerador.

Instalação

Realizado o estudo de engenharia de todos estes parâmetros, a estação de transmissão está dimensionada de forma adequada. Porém o sistema de TV digital é composto de outros equipamentos, além do sistema de transmissão, que compõe a arquitetura do sistema digital.

Arquitetura do sistema de TV digital

A arquitetura do sistema de TV digital da rede legislativa é composta pela recepção dos sinais S1, S2, S3 e *One SEG*, geração do sinal S4 da Câmara Municipal, *encoders, multiplex*, implementador de funções, interatividade, ligação estúdio-transmissor, interconexão entre estúdio e transmissor, interfaces, entre outros. A escolha destes equipamentos deve ser feita através de um estudo de engenharia que analise as diversas configurações de modo a possibilitar *up grades* e interoperabilidade de equipamentos, inclusive de geração de conteúdo, e garantindo a eficiência no funcionamento e operação da estação.

Todos os equipamentos e suas configurações devem atender as normas ABNT NBR de TV digital. Nos casos de não necessidade de homologação pela Anatel, o relatório de conformidade com as normas é um instrumento que deve ser solicitado ao fabricante ou fornecedor.

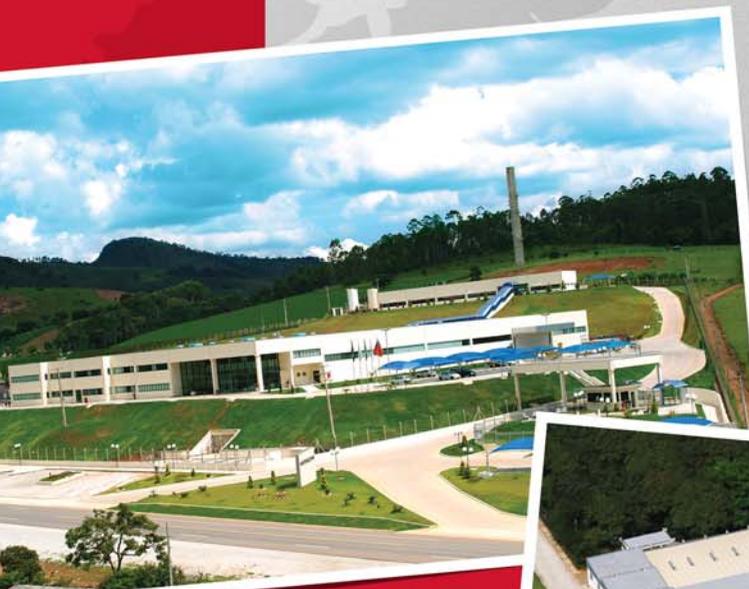
Conclusão

Este artigo descreve os principais pontos para a instalação de uma estação do sistema digital de televisão da rede legislativa, com ênfase na estação de transmissão. Nas próximas edições serão abordados os critérios de operação e manutenção da estação, arquitetura do sistema, equipamentos de estúdio, geração de conteúdo e armazenamento e evolução da tecnologia.

.....

***CONSULTORA EM
TELECOMUNICAÇÕES E RADIODIFUSÃO,
MESTRE E DOUTORANDA EM
ENGENHARIA ELÉTRICA, COM ENFASE
EM TV DIGITAL E DEIRETORA
EDITORIAL DA SET – SOCIEDADE
BRASILEIRA DE TELEVISÃO. CONTATO:
VALDEREZ@ADTHEC.COM.BR**

Solução em Radiodifusão, Imagem e Comunicações do Brasil para o Mundo





A Linear é a maior e mais antiga fábrica nacional de transmissores e soluções em transporte e distribuição de sinais de televisão. Desde 1977 estamos desenvolvendo, fabricando, e fornecendo equipamentos de transmissão de TV.

Localizada no Vale da Eletrônica brasileiro, em Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas Gerais, tem em torno de 340 funcionários e já forneceu mais de 37 mil equipamentos.

Participou ativamente do processo de definição e desenvolvimento da tecnologia de televisão digital no Brasil.

Em Outubro de 2011 passou ser parte da HITACHI KOKUSAI ELETRIC, uma empresa do grupo HITACHI com mais de 5.200 funcionários.

Há 35 anos provendo as melhores soluções em Sistema de Transmissão de TV.

- Transmissores de TV
- Enconders
- Mutiplexadores
- Link de Microondas e Rádio Digital

- Link para reportagem externa
- Câmera de Estúdio para Rádiodifusão
- Câmera de portátil para Rádiodifusão

- Recepção de satélite
- Buster – Conversor de Torre
- Antenas – Cabos – Conectores

Workshop sobre TV no berço da tecnologia digital

Representantes de emissoras legislativas de todo o país foram à pequena Pouso Alegre, em Minas Gerais, cidade que trocou a economia rural pela alta tecnologia



Participantes do encontro ouvem exposição na sede de uma das empresas instaladas na região

A região serrana da fronteira de Minas com São Paulo esconde um tesouro ainda pouco conhecido do resto do país. Ao lado de fazendas tradicionais onde ainda se produz o velho queijo mineiro e o doce de leite, na beira das rodovias onde antigamente passaram os bandeirantes, os chips e a indústria de alta tecnologia substituem o café na economia local. E foi ali, em Pouso Alegre (MG), que a Astral promoveu seu primeiro workshop regional sobre TV digital, em dezembro de 2011.

O evento teve o apoio da Câmara Municipal e da TV Câmara de Pouso Alegre, que já é transmitida em canal digital. Entre 1º e 2 de dezembro, mais de 100 profissionais e representantes de casas legislativas do país, como do Amazonas, Ceará, Santa Catarina, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro, além de representantes do Legislativo federal, foram lá saber as últimas notícias sobre a tecnologia digital e sobre a formação da rede legislativa.

O objetivo do encontro, “o primeiro de muitos”, como disse o presidente da Astral, Antonio Vital, foi divulgar para vereadores, deputados estaduais e população em geral a existência dessa verdadeira revolução em curso no país e que, graças à tecnologia digital, vai em um futuro próximo democratizar mais ainda o funcionamento do poder Legislativo em todos os seus níveis e aumentar as possibilidades de fiscalização e participação do cidadão: por meio das emissoras legislativas.

“A Astral apóia a formação de uma rede que permita ao cidadão ter uma participação mais ativa”, disse Vital. O vereador e presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre, Moacir Franco (PTB), comemorou desta maneira a inclusão da emissora local na Rede Legislativa de TV Digital, promovida pela Câmara dos Deputados. “Nosso canal tem apenas um ano mas já virou fonte de notícias importante para o cidadão de Pouso Alegre”, disse.

A formação da rede legislativa de TV digital foi o eixo em torno do qual girou a maioria dos painéis apresentados no workshop. A rede começou a ser formada a partir da expansão dos sinais digitais da TV Câmara nas capitais e no interior. Câmara e Senado partilharam entre si a responsabilidade de levar seus sinais para as capitais, dividindo os custos. E a Câmara, por meio de acordos com as assembleias legislativas e câmaras de vereadores, está viabilizando junto ao Ministério das Comunicações consignação de canais de alcance estadual (o das assembleias) e municipal (o das câmaras de vereadores). Câmara, Senado, assembleias e municípios dividem entre si os investimentos necessários.

Sueli Navarro, secretária de Comunicação da Câmara dos Deputados e uma das cabeças do movimento, fez um histórico da implantação desta rede a partir do momento em que o Brasil escolheu o padrão de TV digital. “O modelo apresenta características como portabilidade e interatividade. Isso quer dizer que o brasileiro vai poder acessar o sinal das emissoras pelo celular e vai poder participar e dar sua opinião, o que vai ser fundamental principalmente em relação às decisões do poder Legislativo”, disse.

Outra característica da Rede Legislativa de TV digital é a multiprogramação, que permitirá no mesmo canal sintonizar até quatro emissoras. No futuro, a multiprogramação poderá transformar o mesmo canal em oito ou até mesmo em onze, o que é a base da rede de emissoras legislativas. “Eu não vejo outra forma de comunicação, nas democracias modernas e desenvolvidas. E aqui no Brasil a televisão tem importância ainda maior, já que apenas 20% da população tem acesso a outros meios, como a Internet”, explicou Sueli.

É a multiprogramação que permite a formação da rede. A que está sendo formada pela TV Câmara conta com dois canais nacionais (TV Câmara e TV Senado), um canal estadual (das assembleias) e um local (das câmaras de vereadores).

Qualidade do Conteúdo

A possibilidade técnica da multiprogramação, porém, não basta para o sucesso da rede legislativa, como frisou o diretor da TV Câmara, Frederico Schimidt. Segundo ele, a divisão dos sinais faz com que o cidadão tenha várias janelas para acessar, mas é preciso que as casas legislativas pensem também na qualidade do conteúdo. Para isso é necessário um projeto de comunicação que atenda não só a transmissão dos atos do Legislativo, mas contemple produção de conteúdos culturais e educativos, inclusive com trocas de programas entre as emissoras – proposta que tem total apoio da Astral.



Workshop atraiu fabricantes de componentes eletrônicos

Ao lado do conteúdo, Schimidt alertou para a responsabilidade da programação. Mencionou dois exemplos: a acessibilidade e a cobertura em período eleitoral, um dos principais questionamentos que se faz à existência das emissoras legislativas. Críticos da rede legislativa apontam para os riscos de uso eleitoral da transmissão dos trabalhos do Legislativo, seja no Congresso Nacional, nas assembleias ou nas câmaras municipais.

O diretor da TV Câmara citou a experiência da própria emissora que dirige. Nos períodos eleitorais a TV da Câmara dos Deputados limita a participação de candidatos em programas ao vivo. Deputados que tentam a reeleição participam normalmente dos programas gravados, do noticiário (onde o que vale é o critério jornalístico) e da transmissão do Plenário, razão original de existir dos canais legislativos. “O Plenário é soberano, toda palavra dirigida pelo plenário é livre e cabe à Mesa Diretora ou o Tribunal Superior Eleitoral fazer algum questionamento”, explicou.

Schimidt resumiu o que é preciso para que as TVs legislativas se resguardem de eventuais distorções de conteúdo: construir “uma política de comunicação transparente e clara, que possa ser regulamentada e permitir um trabalho equilibrado que dê a palavra a todos, que não tenha o viés político partidário, e que traga o conteúdo das políticas públicas que os parlamentos estão gerando para melhorar a vida do cidadão”.

Compartilhamento de Custos

Além da divisão de responsabilidades e custos embutida na proposta da rede legislativa de TV, há outras maneiras de as emissoras reduzirem seus gastos, mantendo uma programação de qualidade. Este também foi um dos assuntos abordados no workshop.

Uma das propostas, defendida pelo diretor da TV Câmara, foi a das coberturas compartilhadas, como a que já é feita, apesar de todas as

limitações técnicas atuais, na cobertura das eleições. Já é uma tradição, no dia das eleições, TV Câmara e TV Senado acompanharem a apuração ao vivo, com comentários de especialistas e participação das TVs assembleias e das câmaras municipais, o que leva ao cidadão uma visão diferenciada das eleições Brasil afora.

“Podemos complementar o conteúdo político com programas a partir de acordos de cooperação, em que parte do conteúdo da programação de uma TV Câmara ou de uma TV Assembleia possa ser aproveitado de outra maneira”, disse. Há também a possibilidade das TVs legislativas veicularem documentários de produtores independentes, através da abertura de concursos culturais.

A qualidade da programação foi defendida também por Rodrigo Lucena, diretor TV Assembleia de Minas Gerais, a pioneira do setor. Ele chamou a atenção, porém, para os limites da troca de conteúdos, que deve ser dosada para garantir a diversidade e manter as características de cada veículo. E



Entrada da Câmara Municipal de Pouso Alegre: pessoas de todo o país atrás de informações

defendeu a ramificação da rede legislativa para os municípios”. Não há possibilidade de o Parlamento chegar em canal aberto ao interior sem ter a parceria das câmaras municipais. Não abrimos mão delas e devemos valorizá-las, dar condições para que os municípios viabilizem as TVs legislativas, pois a programação da TV municipal impacta muito mais diretamente o município do que a programação estadual. E é a programação local que será capaz de trazer o público que queremos”, concluiu.

Desafio técnico, político e orçamentário

A Astral também levou aos participantes do workshop em Pouso Alegre respostas para dúvidas técnicas a respeito da operação de uma emissora na transição para o sinal digital. O professor Carlos Augusto Rocha, pró-diretor de Desenvolvimento de Tecnologia e Inovação do Instituto Nacional de Telecomunicações (INATEL), explicou o funcionamento do sistema de TV digital, bem como sua capacidade de interatividade e a possibilidade de avanço do sinal.

Já a engenheira Valderez de Almeida Donzelli se dedicou especialmente à necessidade de elaboração de um projeto técnico como primeiro passo para a transmissão do sinal digital. “A qualidade do sinal digital está diretamente relacionada a toda a configuração do sistema, transmissão, antena, projeto adequado de nível de potência e local da estação”, explicou. Ela fez uma espécie de passo-a-passo para a implantação de uma TV digital, com a descrição dos equipamentos necessários para se ter uma cobertura adequada, atendendo às normas técnicas e ambientais.

Os presentes tinham interesse especial na questão dos custos. Valderez respondeu que isso varia de projeto para projeto, ou melhor, de caso a caso, dependendo do que se quer implantar”. É claro, que a transmissão para um município pequeno é mais barata que numa grande região metropolitana”.

As considerações de Valderez foram complementadas pela explanação de Evelin Maciel, gerente de projetos da TV Câmara. Evelin é encarregada dos acordos da Câmara dos Deputados com assembleias e câmaras municipais em torno da transmissão do sinal e é uma das principais personagens da implantação da rede

legislativa. Ela falou dos investimentos em equipamentos e da parceria com a TV Assembleia de São Paulo, que permite à população dos municípios paulistas que ingressarem na rede a transmissão, via multiprogramação, dos sinais da TV Câmara, TV Senado, TV Assembleia e TV da câmara municipal como a da capital, São Paulo.

“Os custos dependem, por exemplo, das características topográficas de cada município e da infraestrutura de torre disponível”, disse. Ela deixou claro que não existe um modelo pronto de TV digital. “Nós estamos construindo este modelo”, afirmou. Ela recomendou aos interessados em implantar a TV legislativa digital a análise da portaria nº 24 do Ministério das Comunicações, de 11 de fevereiro de 2009, que trata da norma geral para a execução de serviços de televisão digital pública.

A parceria da TV Câmara com a TV Assembleia de São Paulo, já em operação, foi um dos assuntos principais do encontro. Antônio Denardi, da TV Assembleia de São Paulo, lembrou das discussões travadas pelos membros da Astral, durante quatro anos, enquanto se discutia a alta definição, até que se percebeu que a multiprogramação seria perfeita para as TVs legislativas. “Nesse canal a gente compartilha os custos, cada um investe o que pode. Mas o mais importante é a forma de o legislativo poder levar à população o que está acontecendo em suas quatro esferas” explicou Denardi.

A partir de acordos com a TV Assembleia de São Paulo, o sinal digital deve se espalhar para outros municípios do estado. Marcelo Malacrida, diretor de Comunicação da Câmara Municipal de Bauru (SP), falou das dificuldades de investimento. A câmara tem R\$ 1,5 milhão para custear a transmissão. “Não tenham ilusão



Público atento ao que dizem os especialistas

de que iremos gastar pouco dinheiro, mas é um investimento que será reconhecido pela sociedade, pois vai mostrar onde as coisas são discutidas, onde as coisas acontecem, e, no Brasil, as coisas acontecem é no Legislativo”, disse.

A TV de Bauru foi implantada há 14 anos, inicialmente com uma estrutura pequena e com pouco dinheiro. “Hoje a TV funciona ainda com poucos funcionários, dez no total, mas já têm condições de contratar mais três”. Malacrida disse ainda que, mesmo com estúdio pequeno, com painéis deslizantes de cenário, conseguiram que-

brar a resistência de grandes grupos de comunicação que têm interesse em transmitir as sessões da câmara.

Rui Gomes, diretor da TV Câmara de Jacareí (SP), comparou a implantação das TVs legislativas nos municípios como uma casa em que se faz um projeto para quatro andares, mas se vai construindo aos poucos e o bom resultado desta construção vai depender da orientação de um técnico competente. “No início tínhamos R\$ 150 mil e atualmente temos R\$ 1 milhão em equipamentos de estúdio”, disse. Para a implantação da TV digital a Câ-

mara Municipal de Jacareí vai investir ainda R\$ 600 mil.

Estes investimentos na TV legislativa refletem o interesse e a responsabilidade dos legisladores e técnicos em fazer TV pública com qualidade. “Se a Globo sai do ar é falha técnica. Agora, a gente se sair do ar é censura. Vão dizer que você derrubou aquele vereador, aquele deputado porque tem algo contra ele, ninguém vai ver que foi um erro técnico ou que um fusível queimou e saiu do ar. A gente vive o político, a gente tem que ter gente séria desde o projeto”, concluiu Gomes. ■



Atuando no segmento de Telecomunicações e Radiodifusão, a Completa Telecom, está presente em todo território nacional, prestando serviços de alto nível. Contando com uma equipe multifuncional, composta por profissionais oriundos do Ministério das Comunicações e Anatel, com experiência de mais de 20 anos na área de Telecomunicações e informática, a expertise comprovada da Completa Telecom, se destaca no mercado por oferecer aos clientes um atendimento diferenciado, desde a consultoria para outorga, elaboração de projetos, venda de equipamentos, instalação e licenciamento, tornando-se uma empresa Completa.

Completa Telecom é um nome a ser lembrado quando se pensa em:

Radiodifusão

- Rádio AM
- Rádio FM (Comercial, Educativa e Comunitária)
- Televisão (Análogica e Digital)
- Retransmissora de TV (Análogica e Digital)
- Serviços auxiliares de link e reportagem externa
- Internet

Telecomunicações

- Serviço Limitado Privado
- Serviço de Rádio Táxi
- Serviço de Radioenlace
- Serviço Especializado por satélite
- Serviço de Manutenção, Pintura e Iluminação em Torres
- Monitoramento de Áudio e Vídeo via Internet online

Para saber mais, acesse o site www.completa.com.br ou ligue (85) 3257.4879/9983.0111 atendimento.completa@gmail.com

Acessibilidade nas TVs legislativas

POR | ALESSANDRA ANSELMO*

A acessibilidade das suas transmissões deve ser uma preocupação permanente das emissoras legislativas. O Censo de 2000 revelou que 14,5% da população brasileira é portadora de algum tipo de deficiência. Existem 148 mil cegos no país e 2,4 milhões de pessoas declararam ter grande dificuldade para enxergar. Outras 900 mil pessoas relataram ter dificuldade permanente para ouvir e 166,4 mil são surdas. E esses são dados de dez anos atrás!

Além da preocupação em tornar sua programação acessível a deficientes auditivos e visuais, as emissoras legislativas devem se preocupar com acessibilidade também por que esta é uma determinação legal. Também em 2000 foi promulgada a lei 10.098, que estabeleceu normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Três artigos da lei - 17, 18 e 19 do capítulo 7 - tratavam especificamente da acessibilidade nos meios de comunicação.

Em 2006, o então ministro das Comunicações Hélio Costa baixou a norma complementar 01 por meio portaria 310/06. Apesar de posteriormente alterada pela portaria 188/2010, esta norma complementar 01/2006 é a que contém a regula-

ção do uso de mecanismos e tecnologias de acessibilidade nos meios de comunicação.

A norma estabelece quatro recursos básicos de acessibilidade para as emissoras de radiodifusão de sons e imagens, dois para surdos, um para cegos e outro para pessoas com dificuldade de leitura. Os dois recursos para surdos são a legenda oculta, também conhecida como *closed caption*, que é a transcrição em língua portuguesa do áudio do programa, e a tradução para a Linguagem Brasileira de Sinais, mais conhecida pela sigla Libras. Na tradução para Libras, abre-se uma janela adicional no vídeo, na qual é transmitida a imagem do intérprete, que traduz em gestos o áudio do programa.

Esses dois recursos não são excludentes, mas complementares. Não existe unanimidade na comunidade surda sobre o letramento ou o uso da linguagem de sinais. Ou seja, parte da comunidade surda foi alfabetizada em português e parte não foi. Outros deficientes auditivos usam a Libras mas, para alguns surdos e seus familiares, a linguagem de sinais também é considerada uma forma de exclusão. Por isso, o legislador se preocupou em estabelecer os dois recursos de acessibilidade.

“Existem 148 mil cegos no país e 2,4 milhões de pessoas declararam ter grande dificuldade para enxergar. Outras 900 mil pessoas relataram ter dificuldade permanente para ouvir e 166,4 mil são surdas”

“É importantíssimo que o programador das emissoras legislativas, que transmitem discussões e votações que afetam a vida de suas cidades e estados, conheça e respeite a legislação sobre acessibilidade, dando o exemplo para as outras emissoras de televisão”

No caso da legenda oculta, que é um recurso de mais difícil implementação e mais caro, a lei estabeleceu horas mínimas de transmissão com *closed caption*, e este número vem aumentando através dos anos. Em junho de 2008, primeiro ano do uso do recurso, era obrigatória a inserção de duas horas diárias de legenda oculta, sendo uma hora entre 8h e 14h e outra hora entre 18h e 2h.

Atualmente, são obrigatórias quatro horas de legenda oculta entre 8h e 14h e quatro horas entre 18h e 2h. Mas, a partir de junho, esses números mudam para seis horas de legenda oculta entre 6h e 14h e seis horas das 18h às 2h. Há novas alterações previstas para 2014 e 2015 e, a partir de junho de 2017, as 24 horas de programação exibidas deverão oferecer o recurso do *closed caption* para o telespectador surdo ou com deficiência auditiva. Vale citar ainda que o uso da legenda oculta também é particularmente útil em locais públicos com alto nível de ruído, como aeroportos, rodoviárias, academias e vários tipos de estabelecimentos comerciais.

Já em relação à Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), a legislação obriga o uso em dois casos: propagandas político-partidárias e campanhas institucionais do governo. Na televisão digital, a janela com o intérprete de Libras será opcional, podendo ou não ser acionada.

Para padronizar o uso da legenda oculta e da janela de libras, foi elaborada a norma ABNT NBR 15290, para cujas diretrizes contribuíram o Comitê Brasileiro de Acessibilidade e a Comissão de Estudo de Acessibilidade em Comunicação.

Para os cegos, o recurso de acessibilidade a ser empregado deve ser a audiodescrição que, como o próprio nome diz, faz a descrição verbal de características do programa que não podem ser percebidas apenas pelo áudio. Este recurso, como demanda um canal de áudio opcional, só é aplicado para geradoras digitais e é um dos mais complexos e ainda desconhecido por muitos programadores. Como disse Graciela Pozzobon, sócia de umas das primeiras empresas a fazer audiodescrição no país, o audiodescritor não é um narrador. “Ele tem que funcionar como um bom tradutor, ser invisível”. A audiodescrição é transformar imagens em palavras, completou.

Atualmente, a legislação prevê um total de duas horas semanais de transmissões com audiodescrição, das 6h às 2h, para a cabeça de rede digital. No caso da emissora ainda não ter a licença de transmissão digital, o prazo para a implantação da audiodescrição passa a ser de 12 meses após a concessão da licença para transmissão digital. Até 2020, ou até 120 meses após a concessão da licença para transmissão digital, as emissoras deverão estar transmitindo 20 horas de programação com audiodescrição entre 6h e 2h. A legislação estipula a audiodescrição apenas para programas previamente gravados, já que este processo é trabalhoso, incluindo a aprovação, pelo canal, de um roteiro de falas de descrição preparado por quem for prestar este serviço.

Um quarto recurso é a dublagem, que prevê a tradução dos programas produzidos em língua estrangeira, substituindo a locução original por falas em português. Esse recurso beneficiaria crianças e pessoas com

dificuldade de leitura e já é obrigatório desde 2008. Em junho de 2012 passa a ser obrigatória, para as emissoras que transmitem programação em língua estrangeira, a dublagem de 12 horas de programas, sendo 6 horas entre 8h e 14h e 6 horas entre 20h e 2h. O áudio original deve ficar disponível para quem se interessar, e tiver o equipamento que possua o recurso tecnológico, por meio do canal secundário de áudio, mais conhecido por tecla SAP.

São várias as exceções a estas regras, disponíveis na própria norma complementar: programas de caráter estritamente local com duração de até trinta minutos; exibição ao vivo de competições esportivas realizadas em locais com capacidade para acomodar plateia inferior a cinco mil pessoas e exibição inédita, ou reprise, de programas produzidos antes da edição da regulação, ou seja, 2006. Mas é importante estar atento: se a regra for aplicável ao canal legislativo, a punição pelo seu não-cumprimento pode ser, em última instância, o corte do sinal do canal.

Também vale lembrar que não existe regulação para quem transmite apenas em canal a cabo, mas como muitas emissoras legislativas já estão migrando para a tecnologia digital, é bom ficar atento ao que determina a legislação específica para TV digital, reu-

nida no site do Fórum Brasileiro para TV Digital, disponível no link (http://www.forumsbtvd.org.br/materias_index.asp?menu=9).

A legislação sobre acessibilidade para TV digital pode ser encontrada no site do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br/radiodifusao/legislacao/sons-e-imagens-e-ancilares/tv>). Uma fonte bastante didática de consulta é o site da Abert (Associação Brasileira de Rádio e TV), a entidade das emissoras comerciais. No link (http://www.abert.org.br/site/images/stories/Cartilha_Acessibilidade_explicacoes_dos_recursos_30-03-2012_com_fornecedores.pdf) é possível encontrar uma cartilha em .pdf sobre acessibilidade nos meios de comunicação, além de uma lista de fornecedores desses serviços.

É importantíssimo que o programador das emissoras legislativas, que transmitem prioritariamente discussões e votações de leis que afetam a vida de suas cidades e estados, conheça e respeite a legislação sobre acessibilidade, dando o exemplo do que é correto para as outras emissoras de televisão.

.....

***ALESSANDRA ANSELMO É
JORNALISTA, ESPECIALISTA EM
POLÍTICAS PÚBLICAS, E TRABALHA
NA ÁREA DE CONTEÚDO E
PROGRAMAÇÃO DA TV CÂMARA**

ASSOCIE-SE À ASTRAL

A união das emissoras legislativas
é uma garantia para o cidadão.

Informações:

*Fone: (61) 3037-3773
gerencia@astralbrasil.org*

Saiba mais sobre a Astral no site www.astralbrasil.org

■ TV ASSEMBLEIA DO PIAUÍ

No ar, 18 programas 24 horas por dia

A TV Assembleia do Piauí foi criada em 2005 por meio de um projeto de lei complementar e começou a funcionar dois anos depois, com uma festa transmitida ao vivo para a capital do estado, Teresina.

Esses dois anos entre o ato de criação e a primeira transmissão, porém, foram de muita luta. Enquanto a sede da emissora era construída, deputados e servidores envolvidos tiveram de ir dezenas de vezes a Brasília atrás da autorização para o canal, período que serviu também para que fosse formatado o aspecto legal da emissora.

A TV, na verdade, é uma fundação privada, a Fundação Rádio e TV deputado Humberto Reis da Silveira. O início das transmissões coincidiu com uma verdadeira mudança de hábitos em Teresina, não só da parte da população, como também dos próprios parlamentares.

O carro-chefe da programação da TV Assembleia do Piauí é a transmissão da sessão plenária. Além disso, a programação conta com três telejornais diários, com ampla cobertura dos

trabalhos legislativos, e informações culturais e educativas. São ao todo 18 programas, que correspondem a 90% da grade. Quem assiste a emissora tem à disposição notícias, programas de auditório, entrevistas, filmes, documentários, shows e transmissões ao vivo de grandes espetáculos. Tudo isso 24 horas no ar.

Além de cobrir as sessões plenárias, a TV Assembleia do Piauí tem equipes a postos para

acompanhar a atuação dos deputados em viagens, reuniões e comissões técnicas da casa. Ou seja, a emissora também mostra a realidade do estado – e não só o que acontece dentro da assembleia.



Três telejornais diários com notícias do Legislativo



Um dos 18 programas da emissora aposta no público jovem

SERVIÇO

A TV Assembleia do Piauí opera em canal aberto e via satélite 24 horas para 41 cidades do Piauí nos seguintes canais: Parnaíba (50), Picos (52), Piripiri (14), Floriano (44), Campo Maior (23), Barras (43), União (15), Altos (59), Pedro II (18), Esperantina (41), Oeiras (18), José de Freitas (35), Miguel Alves (18), São Raimundo Nonato (22), Piracuruca (15), Luis Correia (18), Urucui (14), Bom Jesus (20), Luzilândia (34), Corrente (11), São João do Piauí (14), Monsenhor Gil (14), Batalha (18), Colônia do Gurgueia (11), Bertolina (12), Matias Olimpio (30), Castelo do Piauí (18), Simplício Mendes (16), Teresina (16), Timon (16), Lagoa Alegre (6), Porto (9), Beneditinos (7), Elesbão Veloso (5), Francinópolis (11), Inhuma (11), São José da Varjota (5), Dom Espedito Lopes (13), Bocaina (13), Jaicós (13), Jacobina (11), Alegrete do Piauí (16). Mais informações: www.alepi.pi.gov.br.

Ano de mudanças à espera do sinal digital

Foto: Danilo Mello



Telejornal Ale Notícias, o carro-chefe da emissora amazonense

Há 12 anos, o canal de televisão da Assembleia Legislativa do Amazonas (Aleam) se limitava a transmitir as sessões plenárias da Casa. Desde o ano passado, porém, o desafio é outro. Para aproximar o Legislativo da população amazonense a TV ALE inaugurou nova fase, com programação e estrutura renovadas. E agora se prepara para ingressar na era digital em parceria com a TV Senado.

O sinal da TV ALE é transmitido para toda Manaus em um canal fechado desde o ano 2000. Se no início o foco era a transmissão do Plenário, com o passar dos anos o jornalismo ganhou espaço na programação até ser consolidado em 2003, com a estreia do telejornal diário *ALE Notícias*. O noticiário é o carro-chefe da emissora e divulga a atuação dos 24 deputados estaduais com linguagem acessível ao público.

O conteúdo exibido pela TV ALE busca despertar um novo olhar do telespectador em relação ao universo político. Assim, a produção jornalística alia política a temas diversificados e de fácil assimilação: meio ambiente, cultura, economia e educação. Até o

final do primeiro semestre, a reformulação da grade deverá estar concluída com 22 atrações no ar.

As novidades fazem parte do processo de modernização da Aleam, cuja largada foi dada no início da atual Legislatura, sob a gestão do deputado Ricardo Nicolau (PSD). Mais jovem presidente da Casa, Nicolau reservou atenção especial ao setor de Comunicação Social e os resultados já são nítidos. Até a identidade visual da TV ALE mudou. Ganhou leveza e novos slogan, vinhetas e logomarcas. O estúdio de gravações e os cenários também foram totalmente reestruturados. O novo estúdio, dotado de isolamento acústico, é onde são gravados e transmitidos ao vivo a maioria dos programas, entre os quais o *ALE Notícias* e o semanal *ALE Entrevista*.

A renovação da TV ALE também se estende à equipe de profissionais. Junto com a nova programação devem chegar novos funcionários (repórteres, cinegrafistas, editores, produtores, técnicos) selecionados por concurso público realizado em 2011 – o que não ocorria há 26

anos no Parlamento estadual. Com pessoal e estrutura fortalecidos, o canal de televisão da Aleam terá transmissão 24 horas na capital amazonense até o fim do ano. Atualmente, a TV ALE compartilha o canal 99 com a emissora pertencente à Câmara Municipal de Manaus (TV Câmara).

Todo este avanço poderá estar disponível, num futuro não muito distante, a toda a população do Amazonas, e não apenas à de Manaus, por meio da tecnologia da TV digital. A TV ALE fez uma parceria com a TV Senado para ingressar na rede de emissoras legislativas. Em Manaus e em outras dez capitais, a TV Senado ficou encarregada de levar o sinal digital – enquanto em outras onze isso ficou a cargo da TV Câmara, a TV da Câmara dos Deputados. O acordo entre Senado e Assembleia Legislativa do Amazonas também prevê a implantação da TV e Rádio Senado em Manaus – e a consequente transmissão da rádio da assembleia, hoje apenas na web.

A ampliação da TV ALE será possível em virtude da multiprogramação, recurso que possibilita a divisão de um canal para compartilhamento de programação. Tal possibilidade é exclusiva do sistema de televisão digital, que deverá substituir o analógico no Brasil até o ano de 2016 e vai permitir, no Amazonas, que a população assista, simultaneamente, à TV Senado, TV Câmara e TV Assembleia. Nos estados onde o sinal será levado pela Câmara dos Deputados, terá ainda à disposição um canal local destinado à emissora da câmara municipal.

■ TV CÂMARA DE BLUMENAU (SC)

Profissionalismo em nome da comunidade

A TVL de Blumenau é pioneira no estado de Santa Catarina. Foi criada em 1999 e fez sua transmissão inaugural no dia 15 de fevereiro do ano 2000 – uma sessão ordinária parlamentar. De lá para cá, conquistou os blumenauenses com uma programação profissional, séria, voltada para os interesses comunitários. Sua equipe é composta por treze profissionais, entre técnicos, cinegrafistas e cinco jornalistas devidamente graduados em curso superior de Comunicação (Jornalismo).



Programa de entrevistas foca a realidade da cidade



Redação da emissora: jornalismo e cultura local

Em uma cidade com alto IDH e onde mais da metade da população possui sinal de TV a cabo em casa, a TVL, cujo lema é “o canal da comunidade”, conquistou o seu espaço. Além das transmissões ao vivo de sessões legislativas e outros eventos de interesse comunitário, a grade de programação possui telejornal, programas de entrevista, programetes que ressaltam aspectos culturais e históricos da cidade, além de utilidade pública e serviço. Tudo para servir a comunidade de Blumenau com informação. Servir e interagir.

Um telejornal diário de 15 minutos (*TVL Notícias*) leva aos telespectadores a vida cotidiana do Poder Legislativo e os assuntos que interessam à gente blumenauense. Os programas de entrevista *TVL Comunidade*, *TVL Cultura*, *Nossa Gente* e *Fala Vereador* abrem espaço para debater os assuntos da comunidade. Além disso, a TVL exhibe os programas *Justiça Legal* e *De Coração*, que não são produção própria.

Programas especiais (*A História do Teatro Carlos Gomes*, *A História do Futebol Profissional* e *A História do Rádio*) e programetes produzidos pela TVL complementam a grade. Eles abordam desde assuntos legislativos (*Agora é Lei*, *Você Sabia?*) até históricos (*Das Ist Blumenau*, *Momento Turístico*) e são motivo de elogios do público telespectador.

O alcance da TVL é limitado a Blumenau, cidade de 320 mil habitantes, e já possui cabeamento digital, preparado para a nova realidade da televisão brasileira.

SERVIÇO

A TV Câmara de Blumenau (TVL) pode ser sintonizada em todo o município no canal 19 da operadora de TV a cabo BTV e no canal 16 da Net. Os canais são compartilhados meio a meio pela TVL e pela TVAL (TV Assembleia Legislativa). Na Internet, a transmissão é 24 horas e pode ser acessada no site www.camarablu.sc.gov.br.

Onde fluminenses e cariocas se reconhecem

A TV Alerj foi inaugurada em 17 de fevereiro de 2004, com o objetivo de levar o trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) até o cidadão fluminense. O canal exibe 24 horas de programação para todo o estado através de seu site www.tvalerj.tv (com transmissão ao vivo) e pelo satélite B4 (que atinge oito milhões de parabólicas em todo o país). Além disso, o canal é transmitido por cabo para aproximadamente 20 municípios.

A TV Alerj prioriza a transmissão ao vivo das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes no Plenário e audiências públicas das comissões permanentes, temporárias e CPIs, além de acompanhar e divulgar o que é debatido e decidido pelas várias comissões da Casa. A média de transmissões ao vivo, por dia, é de sete horas.



Fotos: Rafael Wallace

Mesa de corte da TV Alerj: produção própria e parcerias

Durante as 24 horas de programação, são transmitidos debates e entrevistas gravados no estúdio, programas culturais, serviços e documentários produzidos pelos profissionais da emissora. A história e a cultura do Rio de Janeiro também são divulgadas pelo canal, que, entre outras atrações, produz uma série especial sobre a vida dos

principais personagens do Legislativo fluminense.

A emissora mantém parcerias para a transmissão de programas com outras instituições, como Academia Brasileira de Letras, Canal Saúde da Fiocruz, Universidade do Estado do Rio de Janeiro e UniRio, além de outros canais públicos.



Entrevista com deputado estadual: sinal é transmitido para 20 municípios

SERVIÇO

A TV Alerj pode ser assistida na internet, pelo site www.tvalerj.tv (com transmissão ao vivo) e pelo satélite B4. O canal é transmitido por cabo para aproximadamente 20 municípios do Rio de Janeiro.

■ TV CÂMARA DE POUSO ALEGRE (MG)

Pioneira na tecnologia digital entre os municípios

A TV Câmara Professor Breno Coutinho foi implantada em dezembro de 2010 para permitir aos 130 mil habitantes do município o acompanhamento dos trabalhos da Câmara Municipal de Pouso Alegre, cidade a 370 km de Belo Horizonte, no sul de Minas Gerais. A criação foi feita por meio de um convênio com a TV Assembleia de Minas Gerais, com base na lei do Cabo, de janeiro de 1995.

Em 14 de dezembro de 2010, ainda em caráter experimental, os cidadãos pouso-alegrenses acompanharam pela primeira vez na história da cidade uma Sessão Ordinária transmitida ao vivo por um canal de televisão. A inauguração oficial da TV ocorreu três dias depois, durante uma Sessão Especial na Câmara de Vereadores. Em janeiro, com pouco mais de um mês de implantação, a TV já era referência na região. Representantes do Poder Legislativo de diversas cidades vieram conhecer os trabalhos realizados em Pouso Alegre.

Com apenas seis meses de operação, a TV Câmara Professor Breno Coutinho passou a operar em canal aberto digital. A tecnologia que permitiu que a programação da TV alcançasse a casa de mais telespectadores surgiu através de uma parceria, sem custos, entre a Câmara Municipal de Pouso Alegre e a empresa Screen Service, sediada na região, que fica no centro



Estúdio de gravação de programas de entrevistas: exemplo



Mesa de corte: transmissão das sessões plenárias e programas

de um polo de tecnologia entre Minas Gerais e São Paulo.

No final de 2011, a TV Câmara de Pouso Alegre entrou oficialmente na era digital, ao ingressar na Rede Legislativa promovida pela Câmara dos Deputados e pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais – através de um acordo de cooperação técnica com a TV Câmara e a TV Assembleia. A TV que mostra os trabalhos dos vereadores pouso-alegrenses vai ocupar o canal local, um dos quatro possíveis por

meio da multiprogramação – os outros três são o da TV Câmara, o da TV Senado e o da TV Assembleia (estadual).

Hoje a TV Câmara de Pouso Alegre recebe visitas de técnicos, parlamentares e especialistas de todo o país, interessados na tecnologia digital e na operação da emissora. Além de transmitir ao vivo as reuniões do plenário, a TV possui uma grade de programação de duas horas diárias, com foco principalmente na utilidade pública.

Foto – Guilherme Dardanhan

SERVIÇO

A TV Câmara de Pouso Alegre alcança todo o município e pode ser sintonizada no canal 21 da Master Cabo ou no 59 (TV aberta). Transmite duas horas de programação diárias – e mais as reuniões do Plenário ao vivo.

■ TV CÂMARA DE PIRACICABA (SP)

Últimos preparativos para transmitir em sinal aberto

A TV Câmara de Piracicaba entrou no ar há dez anos, inicialmente apenas com a transmissão das reuniões ordinárias. De lá para cá, o raio de cobertura aumentou, bem como a estrutura. A emissora se desvinculou do departamento de Comunicação da Casa e se organizou num setor próprio. Hoje a TV Câmara transmite, além das reuniões ordinárias, as extraordinárias, solenes e o *Jornal da Câmara*, por meio de um convênio com a TV da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, exibido pelo canal 8 da NET. Além disso, grava na íntegra eventos realizados no Salão Nobre da câmara.

A emissora ingressou, em abril, na lista das que serão contempladas com um canal digital – por meio de convênio com a Câmara dos Deputados. Isso vai permitir que as transmissões passem a ser feitas em canal aberto, o que dará novo impulso à TV. A grade de programação será ampliada, sem custos, graças a convênios com

órgãos da União, autarquias e fundações públicas do estado e municípios.

A perspectiva de crescimento já fez a equipe de jornalismo se antecipar, com a elaboração de informativos com duração de até três minutos sobre peculiaridades e informações históricas do município, entre outros temas. A produção será exibida quando o canal digital entrar no ar.

Para transmitir o sinal digital, a área técnica da emissora também se preparou. Foi montado o sistema de transmissão e foram adquiridas seis novas câme-

ras robotizadas, sendo três para o Plenário e outras três para o Salão Nobre, entre outros equipamentos.

A equipe de jornalismo da TV Câmara é composta por dois jornalistas e quatro cinegrafistas (que exercem também a função de editores e de direção de imagem), sendo que dois deles exercem ainda a função de repórter, sob o comando da diretora Marisa Libardi e do presidente da Câmara, o vereador João Manoel dos Santos. A TV Câmara conta ainda com quatro estagiários e uma agente administrativa.



Parte da equipe que se prepara para ampliar a grade de programas

SERVIÇO

A TV Câmara de Piracicaba é exibida pelo canal 8 da Net e alcança todo o município. De segunda a quinta, a partir das 17h e, em dias de sessões solenes, a partir das 20h. Mais informações pelo site www.camarapiracicaba.sp.gov.br.

■ TV CÂMARA DE MARÍLIA (SP)

Pronta para um salto de qualidade na programação

A TV Câmara de Marília, município de 216 mil habitantes a 430 km de São Paulo, é a 15ª emissora legislativa paulista. Foi inaugurada em 7 de dezembro de 2006 na gestão do vereador Herval Rosa Seabra, então presidente da Câmara Municipal.

A emissora transmite todos os trabalhos legislativos ao vivo e sem interrupção. Os moradores da cidade tem então, sem cortes e em tempo real, informações sobre tudo o que acontece e é discutido no Legislativo local. O primeiro programa de entrevistas, *Com a Palavra*, faz parte do projeto de expansão da grade de programação. Com a volta do jornalista Benedito Aparecido de Almeida, idealizador do projeto que criou o Canal Legislativo, hoje a TV Câmara de Marília está em processo de reestruturação. Almeida e o atual presidente da Câmara Municipal Yoshio Takaoka estão empenhados em equipar o estúdio, batizado com o nome do jornalista Anselmo Scarano. Faz parte do projeto um moderno sistema de iluminação, fundamental para a captação das imagens. “Cerca de 70% da percepção humana é visual”, explica Nelson Solaño Vianna, o técnico responsável.

A TV Câmara adquiriu novos equipamentos, necessários para as transmissões ao vivo, e ainda promo-

veu concurso público para preenchimento de vagas na formação da equipe técnica. A ideia é, com a vinda dos profissionais selecionados, veicular três novos programas, além do *Com A Palavra: ExibeTV*, *Saúde do Homem* e *Jornal da Câmara*. Como linha editorial, a informação e a promoção da cidadania.

O equipe responsável pela emissora é composta por nove profissionais, entre servidores comissionados e efetivos.



Sede da emissora: investimento em equipamentos

SERVIÇO

a TV Câmara de Marília pode ser sintonizada através do canal 21 da NET – que tem cerca de 20 mil assinantes na região.

■ TV CÂMARA DE ITAJAÍ (SC)

Programação variada e foco no cidadão

Itajaí (SC) é uma cidade portuária de 180 mil habitantes, localizada a menos de 100 km da capital do estado, Florianópolis. Com pouco mais de dois anos no ar, a TV Câmara do município já é uma referência para os habitantes interessados na política local. A programação está disponível aos moradores da região de segunda a sexta-feira, no período noturno, a partir do compartilhamento do canal com o da TV Assembleia catarinense.

O horário de exibição às segundas, quartas e sextas é das 19h à meia-noite. Às terças e quintas começa mais cedo, às 18h, com a transmissão ao vivo das sessões plenárias da Câmara de Vereadores, reprisadas nos dias seguintes. Além das sessões, a TV Câmara

conta com uma variada grade de programação. São três programas, além de produções especiais.

O *Jornal da Câmara* vai ao ar diariamente às 22h30, com apresentação de Carlo Antonio Vicenti – também diretor da TV. O Jornal traz notícias e reportagens sobre os trabalhos legislativos, vereadores e fatos de interesse da comunidade de Itajaí.

O *Fala vereador* é exibido logo após o encerramento da sessão plenária. É um programa de entrevistas com vereadores comandado pela jornalista Michelle Campos. As entrevistas têm foco no trabalho dos vereadores e em temas polêmicos da sociedade itajaiense.

■ TV CÂMARA DE BAURU (SP)

Profissionalismo para entrar na TV aberta digital

A TV Câmara de Bauru foi inaugurada no dia 1º de agosto de 1998 – dia do aniversário da cidade de 350 mil habitantes, localizada a 350 km de São Paulo. Foi a primeira emissora legislativa do interior de São Paulo.

A emissora possuía inicialmente uma grade de programação de duas horas de segunda a sábado. Hoje a TV exibe cinco horas de programação de segunda à sábado, além da cobertura de tudo o que acontece no plenário da Câmara Municipal.

A TV Câmara passa por um processo de reestruturação. Faz parte do projeto um salto tecnológico, com a aquisição de equipamentos de última geração – mesa de corte, *master* e câmeras.

Além da parte técnica, a emissora investe também em capital humano: servidores que vão preparar a TV para ingressar na rede legislativa por meio do sinal aberto digital. São dez profissionais, entre editores, jornalistas, cinegrafistas, operadores de *master* e diretores de TV. Todos concursados e com grande experiência na área de televisão.

O diretor da TV é servidor público de carreira. Marcelo Malacrida de Moraes é um profissional com mais de 20 anos de experiência na área, com passagens em emissoras comerciais como Globo, Band e Record.



Reestruturação inclui aquisição de equipamentos

SERVIÇO

A TV Câmara de Bauru pode ser assistida no município pelo canal 10 da NET. São cinco horas de programação, de segunda a sábado, além das transmissões das sessões e audiências públicas. Mais informações: www.camarabauru.sp.gov.br.

Já o *Câmara Aberta* vai ao ar diariamente, às 23h. O programa tem a condução do radialista Dario Silva, que entrevista personalidades políticas, empresariais, artísticas e comunitárias sobre temas variados.



Mesa de corte: três programas e seis horas diárias

Distribuídos por toda a programação são exibidos ainda documentários e programas informativos produzidos pela equipe de jornalismo da TV Câmara, por outras TVs públicas ou que tenham sua produção fomentada por recursos públicos. A TV exibe também as gravações das audiências públicas ocorridas na Câmara de Vereadores e as reuniões das comissões do Legislativo de Itajaí.

SERVIÇO

A TV Câmara de Itajaí pode ser sintonizada pelo canal 10 da Via Cabo TV, em sinal compartilhado com a TV AL (Assembleia Legislativa de Santa Catarina). São 50 mil assinantes em Itajaí. São seis horas diárias de programação, das 18h à meia-noite, de segunda a sexta. Mais informações: www.cvi.sc.gov.br.

■ TV ASSEMBLEIA DE SANTA CATARINA

Notícias legislativas 24 horas no ar

A emissora de televisão do Parlamento catarinense foi ao ar pela primeira vez há doze anos. As transmissões da TVAL, feitas a partir de outubro de 1999, marcaram o início de uma nova fase no Legislativo estadual. A população do estado ganhou uma importante aliada na divulgação das ações da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. E, principalmente, a oportunidade de acompanhar de perto as discussões e decisões que afetam diretamente a vida de todos.

Desde as primeiras transmissões, a emissora exibia peças jornalísticas e entrevistas com deputados e convidados, sessões solenes e especiais e parte das sessões ordinárias. Na época, tudo era gravado, editado e retransmitido durante a semana nos municípios que dispunham de TV a cabo. As transmissões via satélite começaram a ser feitas a partir de 2000. Foi também neste ano que a programação da emissora passou a ser exibida ao vivo para as principais cidades do estado.

Em 2004, a TVAL aumentou seu raio de cobertura e chegou à casa de mais catarinenses através das antenas parabólicas com receptor digital e também pela rede mundial de computadores. Hoje, está presente em todas as regiões de Santa Catarina.



Telejornal cobre os debates da assembleia catarinense



Mesa de corte de transmissão da sessão plenária, ao vivo

A emissora tem 24 horas de programação, com ampla cobertura das atividades parlamentares dentro e fora do Plenário. A grade conta ainda com telejornais, programas de debate, entrevistas, documentários e produções que valorizam o potencial econô-

mico, turístico e cultural das diferentes regiões do estado. Tudo está disponível na página da TVAL na internet. Nela é possível rever as produções já exibidas, acompanhar a programação ao vivo e consultar a grade de programas da emissora.

SERVIÇO

A TVAL pode ser sintonizada através de parabólica digital direcionada para o satélite B4: frequência 4132 vertical; Symbol Rate 2532. Também é transmitida em canal fechado por operadoras de TV a cabo para 18 municípios catarinenses. A Rádio Assembleia é on-line (www.radio.alesc.sc.gov.br). A programação da TV é 24 horas. Mais informações podem ser obtidas no site www.tval@alesc.sc.gov.br

Política e cultura para os cearenses em sinal aberto

Inaugurada em 7 de abril de 2006, a TV Assembleia do Ceará, junto com a Rádio Assembleia, é o principal veículo de aproximação e interlocução entre o Legislativo e os cearenses. A emissora oferece ao cidadão um instrumento de acompanhamento do trabalho de seus representantes, além de proporcionar transparência e oferecer produções voltadas para a educação, cidadania e prestação de serviços comunitários.

A televisão e rádio FM Assembleia mostram todas as atividades legislativas realizadas no Plenário 13 de Maio ou no Complexo das Comissões Técnicas Deputado Aquiles Peres Mota. Além da atividade dos deputados estaduais, a TV Assembleia tem programação educativa e cultural própria, voltada para o resgate da história e vida de grandes cearenses, programas como *Perfil, Identidade Cultural, Repórter Assembleia, Ceará, Terra e Gente que faz História, Grandes Clássicos, Qual é o Tom do Ceará, Questão de Ordem*. Sem contar dois telejornais diários.

A emissora cobre em sinal aberto e através de cabo toda região metropolitana de Fortaleza (3,5 milhões de habitantes). O sinal da TV Assembleia está ainda nas trinta maiores cidades do interior por meio de retransmissoras locais. Está disponível também para todo o interior do estado por meio de parabólicas.

Em parceria com a TV Câmara (da Câmara dos Deputados), a TV Assembleia se prepara para entrar na Rede



Torre da TV Assembleia: em breve, sinal digital

Legislativa de TV Digital, com sinal aberto nos municípios da Grande Fortaleza. Isso será possível graças à multiplexação do canal 61, que transmitirá a TV Câmara, TV Assembleia, TV Senado e TV Câmara Municipal de Fortaleza.

SERVIÇO

A TV Assembleia (CE) pode ser vista no canal 30 – aberto e no cabo – nas cidades da região metropolitana de Fortaleza. Está também nas trinta maiores cidades do interior cearense com retransmissora de seu sinal nestes municípios. A programação pode ser captada ainda via parabólica no satélite C-2 compatível com padrão MPEG-II DVB. Polarização de recepção: vertical. Frequência TP: 3.969 MHz. Simbol Rate (SR): 1851. PID VIDEO: 256. PID AUDIO: 258. Transmissão 24 horas. A Rádio FM Assembleia pode ser sintonizada na frequência 96,7.

■ TV CÂMARA DE SALVADOR (BA)

Informação, entretenimento e cidadania

Criatividade, bom humor, agilidade, serviço e muita informação formam a mistura que dá o tom da TV Câmara Salvador. A TV, que pode ser vista pela internet no site da Câmara Municipal de Salvador (www.cms.ba.gov.br) há pouco mais de dois anos, prepara-se para entrar no canal fechado ainda em 2012.

Com uma linguagem moderna e descontraída, a TV Câmara oferece um modelo diferenciado de produção televisiva, com muita criatividade e interatividade. A emissora convida o telespectador a fazer parte da programação, que propõe um novo olhar sobre a capital baiana e seus moradores.

Sempre com variados pontos de vista, os diversos programas abordam, com originalidade, assuntos como comportamento social, interpessoal, serviço público, responsabilidade socioambiental, administração pública, direitos do cidadão, cidadania, música, entretenimento e cultura.

Além dos 22 programas com roteiros desenvolvidos especialmente para a TV da Câmara Salvador, a grade inclui a transmissão ao vivo de sessões ordinárias, sessões especiais e audiências públicas, através das quais são discutidos assuntos de interesse da cidade e do cidadão.

A linguagem diferenciada e o enfoque inovador na abordagem de assuntos que permeiam o dia a dia das grandes cidades fazem com que o público sintase mais próximo da Câmara Municipal de Salvador, conhecendo um pouco mais de perto o trabalho dos 41 vereadores eleitos para representar a sociedade soteropolitana. São 22 programas com duração média de 24 minutos cada. Os temas sérios são tratados com criatividade e bom humor, uma nova forma de usar a informação para o entretenimento.

No intervalo da programação, interprogramas de três minutos informam e divertem. Os roteiros abordam assuntos práticos, apresentam dicas, esclarecem dúvidas e prestam serviços à população.

Já os programas principais abordam política, turismo, cultura, cidadania, utilidade pública, comportamento e até psicanálise.

O *No Sense* explica tudo o que as pessoas não entendem quando estão na Bahia e mostra as peculiaridades de Salvador, os comportamentos sociais,



Trechos de programas: humor e criatividade baianas

paisagens, vestuário, etc. Como diria o ex-governador Otávio Mangabeira: “Pense num absurdo. Na Bahia tem precedente”.

O *Sem Pegada*, na verdade, são três programas em um. A produção original foi criada para as mulheres falarem de coisas que os homens fazem e que se “tolera por bondade”, como alguns tipos de cantada, por exemplo. Os homens protestaram e foi criado o *Sem Pegada Homens*. Eles reclamaram de novo e nasceu o *Sem Pegada Casal*, com psicanálise e muita conversa.

No *Passaporte de Serviços* o morador de Salvador pode aprender coisas práticas como tirar um documento ou dar entrada num processo. Já quem está em dúvida a respeito de que profissão seguir ou está atrás de saber que carreiras oferecem mais perspectiva profissional pode assistir o *Quem faz o quê?* - um programa diferente dos padrões tradicionais.

O turismo é um dos carros-chefe da economia de Salvador e não poderia ficar de fora da grade da TV Câmara local. O programa *Você já foi lá?* mostra uma Salvador que a maioria dos turistas não conhece ao percorrer ruas, avenidas, becos e travessas que não são destaque em cartões postais. No *Adivinha onde é* a equipe sai pela cidade com a foto de um detalhe de um lugar e desafia os entrevistados a descobrirem o que é.

A cidadania também ganha uma abordagem diferente. O programa *O Dono da Cidade* pergunta aos entrevistados o que fariam se se tornassem donos de seu município por 24 horas, com a oportunidade de escolher onde aplicar os recursos disponíveis e decidir que projetos implantar.

No *Cena Política* um vereador e um representante da sociedade civil pensam juntos projetos que resolvam os “nós” da cidade. Já no *Vereador 24 horas* uma equipe toca a campanha da casa de um vereador nas primeiras horas da manhã e acompanha todo o dia de trabalho dele. O trabalho dos vereadores ainda é abordado no *Vereador explica*.

Educação e cultura são temas dos programas *Bicho é o bicho*, *Aumenta que isso aí é música!*, *Som na caixa*, *Arte por toda parte* e *Dance*. A interação com a população é uma das marcas. No *Gosto, detesto*, por exemplo, as pessoas enumeram suas preferências e discordâncias em relação à cidade.

SERVIÇO

A TV Câmara de Salvador pode ser vista pela internet através do portal www.cms.ba.gov.br. A programação é de 24 horas, com seis horas diárias de programas inéditos.

■ TV CÂMARA DE LAVRAS (MG)

Contagem regressiva para o canal aberto digital

A TV Câmara de Lavras (MG), município de 92 mil habitantes a 230 km de Belo Horizonte, se prepara para realizar seu grande projeto de expansão: transmitir em canal aberto digital. A emissora é uma das dezenas que farão parte da Rede Legislativa de TV digital, a partir de acordos com a Câmara dos Deputados. O canal, aberto, já foi autorizado pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

A TV Câmara de Lavras está em operação há quase oito anos. O principal programa é a transmissão da reunião da Câmara ao vivo, além de jornais, boletins informativos, produções musicais e debates.

A emissora não se limita a mostrar e noticiar o que acontece na Câmara Municipal. A TV promove todos os anos um concurso de redação sobre temas que dizem respeito à cidadania. O objetivo é fazer os estudantes do ensino fundamental pensarem sobre política e assuntos do dia a dia na comunidade.

Para a nova TV que surge no canal digital aberto serão feitas parcerias com entidades públicas para viabilizar o preenchimento da grade diária de programas. Afinal, o canal aberto local poderá estar no ar 24 horas, assim como já operam a TV Câmara (da Câmara dos Deputados), a TV Assembleia de Minas e a TV Senado – os demais canais da rede, que funciona por meio da multiprogramação.

Além de Lavras, outros três municípios mineiros tiveram seus canais autorizados: Divinópolis, Pouso Alegre e Sete Lagoas. A TV Câmara de Lavras digital deverá entrar no ar neste semestre.

SERVIÇO

A TV Câmara de Lavras opera em canal fechado por meio da operadora Mastercabo no município de Lavras, canal 15. São duas horas por dia, através de convênio de compartilhamento de sinal com a TV Assembleia de Minas. Com a TV digital, a emissora vai passar a operar no canal 40 na Rede Legislativa – em fase de implantação.

■ TV ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Mais de 20 programas para o cidadão potiguar

“Uma emissora a serviço do povo do Rio Grande do Norte”. O slogan da TV Assembleia traduz a missão do canal do legislativo potiguar, inaugurado no dia 15 de dezembro de 2003. Inicialmente a TV Assembleia operou em sistema fechado, com transmissões a cabo apenas para os municípios de Natal, Mossoró, Assu e Currais Novos – com população total de 1,2 milhão de habitantes. No ano de 2007 o Ministério das Comunicações concedeu a outorga do canal aberto.



Um dos dois telejornais diários: ao todo, 23 programas

Nos últimos cinco anos a Fundação Djalma Marinho, responsável pela administração dos veículos de comunicação de sons e imagens concedidos ou autorizados à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, vem trabalhando no sentido de expandir o alcance do sinal da TV. Além de Natal e Região Metropolitana, onde compartilha o canal com a TV Câmara Federal, a TV Assembleia também chega às casas dos moradores de outras seis cidades, em sinal aberto, alcan-

çando um público de mais de um milhão de pessoas.

Paralelo aos projetos de expansão do sinal aberto, a TV Assembleia trabalha para a manutenção e consolidação da grade de programação, que prioriza as transmissões ao vivo das sessões plenárias, audiências públicas e reuniões das comissões permanentes. A programação diária inclui ainda a exibição de dois telejornais, um programa de esportes e quatro boletins informativos, todos ao vivo.

A TV Assembleia também produz entrevistas sobre temas variados, uma agenda cultural, informativos com prestação de serviço e documentários sobre a cultura, história, economia e a memória política do Rio Grande do Norte. São ao todo 23 programas exclusivos. A programação pode ser acompanhada, em tempo real, no site da Assembleia Legislativa (www.al.rn.gov.br), onde o internauta também pode acessar a Rádio Assembleia, em operação na web desde dezembro de 2010.

SERVIÇO

A TV Assembleia do Rio Grande do Norte pode ser assistida nas seguintes cidades pelos canais: Natal (50 UHF), Lagoa Nova (02 VHF), Santa Cruz (46 UHF), Nova Cruz (23 UHF), Assu (39 UHF), Pau dos Ferros (39 UHF), Caicó (33 UHF). Na TV a cabo pode ser assistida em Natal (canal 36), Assu (canal 53), Currais Novos (canal 36), Mossoró (canal 35). Pela parabólica: satélite Estrela do Sul 2 – frequência 11714,25 MHz – symbol rate 3255 – polarização vertical. A programação é 24 horas. Mais informações: <http://www.al.rn.gov.br>.

Uma emissora que é a cara da cidade



Visão panorâmica do estúdio de gravações de programas da emissora do interior paulista

Jaú (SP) é uma cidade de quase 150 mil habitantes, a 300 km de São Paulo, e onde está em operação há quase três anos uma emissora legislativa pronta para entrar nos lares da população por meio do canal aberto digital.

A TV Câmara de Jaú foi criada em 2009. No começo, a transmissão era feita apenas pela Internet. A partir de 2009 o sinal passou a ser transmitido também pelo canal 99 da NET, por meio de um acordo com a TV da Assembleia Legislativa de São Paulo. Pelo acordo, a TV Câmara de Jaú podia ocupar até 12 horas do canal da TV Assembleia por dia. Ou seja, 12 horas de programação da TV Câmara de Jaú e 12 horas da TV ALESP. A programação da emissora local ficou disponível aos moradores de 11h às 23h. A NET em Jaú alcança 56% dos domicílios da cidade.

Em março, a TV Câmara de Jaú entrou formalmente na Rede

Legislativa de TV digital, em parceria com a TV Câmara - da Câmara dos Deputados. O objetivo era operar o sinal aberto e digital com cobertura de 100% do município.

Muitos moradores ainda preferem se referir ao município pelo antigo nome de Jahu, como a cidade era denominada nos documentos oficiais até 2005. Não poderia ser diferente em relação à emissora do Legislativo local, criada depois que o “H” foi abolido. No ano passado, projeto de lei aprovado pelos vereadores incluiu novamente o “H” nos documentos oficiais. Resultado: no papel o nome da emissora é TV Câmara de Jahu. Na prática, “de Jaú”.

A TV Câmara visa politizar e despertar o interesse político da população. Tem programas destinados a todas as faixas etárias e participa de forma direta da vida dos jauenses. Seja

através do jornalismo, que retrata os fatos do cotidiano da cidade, ou de seus programas, que mostram os destaques e curiosidades do município.

Quando foi criada, a emissora transmitia apenas as sessões da Câmara Municipal e o programa *Câmara Entrevista*. Em julho de 2011 começou um processo de transição e melhorias. Com abertura de concursos públicos, o Legislativo local assumiu a produção dos programas, que até então eram terceirizados. Nove novos programas foram lançados, inclusive para públicos específicos, caso do *Câmara Mulher*, *Câmara Cultura* e *Câmara Sustentabilidade*.

A grade conta ainda com os programas *Câmara Entrevista*, *Câmara Debate*, *Câmara DOC*, *A Palavra é Livre*, *Escola contra Escola*, *Fala Vereador*, *Sábado na Praça*, *Jaú é show*, além de dois telejornais diários e ao vivo.

■ TV ASSEMBLEIA DE MATO GROSSO DO SUL

Preparação para abrir o sinal

Em operação desde novembro de 2001, a TV Assembleia de Mato Grosso do Sul é transmitida via cabo: pelo Canal 9 da NET em Campo Grande, em Dourados pelo canal 11 e em Naviraí pelo Canal 44. São 17 horas diárias de programação com cobertura ao vivo das sessões plenárias, audiências públicas e eventos promovidos pelo Legislativo, além de programas jornalísticos com enfoque cultural e político.

Canal direto entre Parlamento e o cidadão, a TV Assembleia permite ao eleitor o acompanhamento do trabalho e do desempenho dos deputados estaduais, além de ser um importante meio para valorização da identidade sociocultural de Mato Grosso do Sul.

A TV Assembleia deu um grande salto recentemente, ao modernizar seus equipamentos de captação, edição e transmissão e hoje trabalha em padrão digital. Do ponto de vista do planejamento estratégico, o projeto da emissora é passar da transmissão fechada, via TV a cabo, para aberta. Só assim a programação estará acessível a todos os 800 mil habitantes de Campo Grande (MS).



Parte da equipe responsável por 17 horas de programação diária



Equipamentos digitais: salto de qualidade

SERVIÇO

A TV Assembleia de Mato Grosso do Sul é transmitida via cabo, pelo Canal 9 da NET em Campo Grande (MS), pelo canal 11 em Dourados e pelo canal 44 em Naviraí. A emissora funciona no prédio da Assembleia Legislativa, no Parque dos Poderes, em Campo Grande (MS). Até o fim do ano deve ser transmitida no canal aberto 34 (digital). A TV Assembleia está no ar das 8h às 24h, de segunda a segunda. Mais informações: www.al.ms.gov.br.

■ TV CÂMARA DE FORTALEZA (CE)

A primeira emissora legislativa do Ceará

Primeira emissora do Poder Legislativo no estado do Ceará, a TV da Câmara Municipal de Fortaleza foi criada em fevereiro de 2003. A emissora transmite diariamente todos os eventos do Parlamento municipal da quinta maior capital do país. São sessões plenárias, sessões especiais, audiências públicas, além de uma série de programas que repercute e aborda o cotidiano da cidade e os debates promovidos pelos vereadores.

A TV Fortaleza é transmitida pelo canal 6 da Net. Os 2,5 milhões de fortalezenses também podem acompanhar a programação em tempo real pelo site da Câmara (www.cmfor.ce.gov.br).

Desde o início das suas atividades, a TV Fortaleza tem como meta produzir conteúdos educativos e informativos que busquem discutir a cidade e seu cotidiano. Atualmente, o Núcleo de Jornalismo e Produção, com cerca de 50 funcionários, é responsável por aproximadamente 80% da programação exibida. O restante é preenchido por materiais educativos produzidos por parceiros públicos.



Telejornal: jornalismo responde por 80% da programação



Redação do jornalismo e programas: 50 funcionários

Desde o início do ano, a TV Fortaleza busca modernizar seus equipamentos com o ob-

jetivo de operar em sistema digital ainda no primeiro semestre.

SERVIÇO

A TV Fortaleza pode ser acompanhada pelo canal 6 da Net na capital do Ceará, bem como pela internet. A programação é transmitida ao vivo pelo site da Câmara Municipal de Fortaleza: www.cmfor.ce.gov.br. A programação começa às 7h e vai até meia-noite, de segunda a sexta. Sábado e domingo é das 8h à meia-noite.

■ TV CÂMARA DE BELO HORIZONTE (MG)

Pronta para expandir a programação

A TV Câmara de Belo Horizonte é um canal legislativo compartilhado com a TV Assembleia, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A emissora exibiu o primeiro telejornal em 21 de fevereiro de 2000 e, ao longo dos anos, vem se aperfeiçoando tecnicamente para levar ao cidadão um conteúdo com qualidade cada vez melhor.

Atualmente, a emissora está em toda a rede de TV a cabo da capital mineira e já trabalha para receber o sinal digital aberto na cidade de Belo Horizonte. O avanço das novas tecnologias permitiu que a emissora efetivasse as transmissões dos principais acontecimentos em plenário, ao vivo, via internet. Todo o conteúdo está disponível no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte, por meio da Web TV, e também no youtube (veja “Serviço”).

Diariamente, para realizar a cobertura dos principais acontecimentos do Legislativo Municipal de Belo Horizonte, a emissora produz uma programação com duas horas em sua grade, em formato digital. O telejornal é apresentado em 15 minutos e o restante do tempo está distribuído entre os programas *Câma-*



Foto: Diogo Dias

Mesa de corte da transmissão do Plenário

ra em *Debate e Câmara Entrevista*, que se revezam na abordagem de temas de interesse da cidade.

Com o objetivo de modernizar o seu arquivo, a emissora pretende digitalizar todo o seu acervo, permitindo agilidade, garantia e zelo em busca de conteúdos.

Para apresentar uma programação ética e responsável, a TV Câmara BH mobiliza uma equipe de 25 profissionais, contratados por meio de terceirização (entre jornalistas, produtores, editores e cinegrafistas), além de servidores dos quadros da instituição.

SERVIÇO

A TV Câmara BH está disponível no cabo no canal Legislativo (Canal 11) para toda rede em Belo Horizonte. São duas horas diárias de programação nos seguintes dias e horários: 18h às 19h e 6h30 às 7h30 (reprise) de segunda a sexta feira; aos sábados de 7h30 às 8h30 e 17h30 às 18h30; e aos domingos de 7h às 8h e 17h às 18h. A TV Câmara BH está também na internet: www.cmbh.mg.gov.br (acessar o link TV Câmara) e no You Tube, em full HD :www.tvcamarabh.com.br. A emissora também transmite ao vivo, via internet (www.cmbh.mg.gov.br), as reuniões plenárias, de comissões e solenes.

■ TV ASSEMBLEIA DO PARÁ

Preparativos finais para entrar na rede legislativa

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) se prepara para ingressar na era digital, por meio de um convênio com a TV Senado. O acordo vai permitir a operação em canal aberto digital e integrar o Legislativo paraense ao pro-

jeto de criação de uma rede de emissoras legislativas no Brasil. O canal 45 será compartilhado pela TV Senado, TV Câmara e TV Alepa, com a possibilidade de abrigar também a TV da Câmara Municipal de Belém.

Por determinação do deputado Manoel Pioneiro (PSDB), presidente da Assembleia, a TV Alepa vem sendo estruturada desde o ano passado com o objetivo de ampliar seu alcance. Hoje, a TV Alepa mantém 24 horas de programação,

■ TV CÂMARA DE ITAPEVI (SP)

Na internet, interatividade e informação

Há um ano a atual Mesa Diretora da Câmara Municipal de Itapevi, município de 200 mil habitantes a 35 km de São Paulo, criou a TV Câmara para transmitir as sessões ao vivo pela internet. “O sucesso foi tão grande que hoje seria impossível imaginar as sessões sem esta transmissão”, diz o presidente da casa, vereador Luciano Bolor.

A TV montada na Câmara de Itapevi tem uma característica que está se transformando na marca registrada das emissoras legislativas. Além de realizar as transmissões das sessões e de disponibilizar o arquivo do vídeo, produz matérias jornalísticas que mostram as atividades do Legislativo também fora do recinto da Câmara.

Segundo o vereador Teco, que antecedeu Luciano Bolor na presidência da Casa, a TV veio para ajudar a incentivar a população a participar do mandato dos vereadores. “Assistindo às sessões, a população fica inteirada dos acontecimentos, das leis que são aprovadas e passa a debater e a cobrar mais do Legislativo e do Executivo. Sin-to que estamos atingindo este objetivo. Aumentaram as sugestões e também as críticas. A TV é um exemplo de democratização da informação”, afirma.



Destaques: jornalismo e transmissão das sessões

A TV Câmara Itapevi também apresenta matérias educativas e vídeos com campanhas de orientação. “Queremos ampliar ainda mais esta atuação da TV Câmara. É um veículo muito interessante pois o morador pode assistir em qualquer lugar e a qualquer hora. Nossa TV leva até mesmo vantagem sobre a televisão normal pois é totalmente interativa. A pessoa escolhe o que quer ver”, diz Bolor.

A transmissão da TV Câmara Itapevi é feita com câmeras robotizadas e pode ser assistida em tablets e celulares, além dos computadores de mesa. Para isso, um estúdio completo foi montado no interior da Câmara, além de um espaço especial para entrevistas.

SERVIÇO

A programação da TV Câmara Itapevi pode ser acessada no site www.tvcamaraitapevi.com. As sessões plenárias são transmitidas ao vivo. Há também reportagens, entrevistas e arquivos de todas as sessões (on demand).

com transmissão ao vivo e representações das sessões e audiências públicas, no canal 3 da operadora ORM-Cabo, com alcance na Região Metropolitana de Belém.

Pelo site da Alepa (www.alepa.pa.gov.br) também é possível acompanhar as sessões ao vivo. Além das transmissões das atividades da Casa, a TV Alepa

também está se estruturando para iniciar a produção de programas jornalísticos e documentários, uma maneira de dar transparência para as ações dos parlamentares.

Numa segunda etapa, a TV deve fechar parcerias com as câmaras municipais, levando o sinal da rede legislativa para os 144 municípios paraenses.

SERVIÇO

A TV Alepa pode ser sintonizada em Belém e Ananindeua (PA) pelo canal 3 da ORM-Cabo. A programação é 24h, com transmissão ao vivo das sessões e audiências, além de e reprises. As sessões ao vivo podem ser assistidas ainda pela internet, no endereço www.alepa.pa.gov.br.

■ TV ASSEMBLEIA DO MATO GROSSO

Alta tecnologia no coração do país

O segundo semestre de 2012 vai marcar mais um passo da TV Assembleia Legislativa de Mato Grosso (TV AL-MT) no processo de expansão das transmissões para os 141 municípios do estado. Terão início as transmissões, via satélite B 4, numa integração com as emissoras das assembleias legislativas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Além de facilitar a tão almejada troca de conteúdos entre as TVs estaduais, a subida de sinal prevista para este ano permitirá avanços como a chegada a 50 municípios-pólo, o que significa atingir 95% da população mato-grossense.

A subida de satélite, programada para agosto, vai ampliar o alcance da cobertura. “Teremos novo diferencial. Vamos fazer o *up link* pelo satélite B-4, sendo o *down link* nos 50 maiores municípios de Mato Grosso realizado através de estações retransmissoras”, explicou o superintendente da emissora, Wanderley de Oliveira.

Um dos pontos fortes da TV AL-MT é a transmissão de grandes acontecimentos, ao vivo, via satélite. “Hoje é rotina transmitir eventos de porte,



Vista aérea da moderna torre da TV, ao lado da Assembleia estadual

com a TVAL atuando como cabeça de rede. Os resultados asseguraram a inserção da emissora no rol de preferidas da Justiça Eleitoral, tendo sido “convocada” pelo Tribunal Regional Eleitoral para realizar a transmissão da propaganda eleitoral no pleito deste ano”, explica Wanderley.

Fundada em 19 de dezembro de 2001, inicialmente com operação apenas no sistema a cabo, a TV Assembleia Legislativa de Mato Grosso conquistou a transmissão em canal aberto em julho de 2007.

A partir de agosto, passará a integrar a Rede Legislativa de TV Digital, em parceria com a TV Câmara.

O investimento em tecnologia não para por aí. A TVAL-MT está migrando para o sistema digital e recentemente adquiriu equipamentos de captação e edição, em Full HD. E, graças a um kit composto por uma antena parabólica e um receptor de satélite, consegue gravar ou até mesmo transmitir em tempo real, a baixo custo, programas das TVs Câmara, Senado e Justiça.

SERVIÇO

A TV Assembleia de Mato Grosso pode ser assistida em Cuiabá e nos 15 municípios da Baixada Cuiabana pelo canal 16 (cabo) ou 30 (TV aberta). A programação é 24 horas e também pode ser acessada no site www.al.mt.gov.br.

Canal aberto até o fim do ano

A TV Assembleia da Paraíba foi inaugurada oficialmente em maio de 2004 com o objetivo de ser um instrumento de transparência do Legislativo estadual. A proposta inicial foi do então deputado estadual Ricardo Coutinho, atual governador do estado.

Hoje, além de ter investido em equipamentos com qualidade digital (HD), já em operação, se prepara para ser transmitida em canal aberto até o fim do ano – promessa do atual presidente da Assembleia, deputado Ricardo Marcelo.

No início de sua implantação, os deputados e servidores buscaram consultoria no estado vizinho, Pernambuco. Os primeiros contatos foram feitos com técnicos da Universidade Federal de Pernambuco, que, através de uma de suas fundações, era responsável pela operação da TV Assembleia de Pernambuco – com apoio técnico de pessoal da TV Independente, também do estado vizinho.

Mantidos os primeiros contatos e feitas as primeiras observações sobre o funcionamento da televisão da Assembleia de Pernambuco, começaram os tra-

balhos de instalação dos equipamentos da TV Assembleia da Paraíba. Isso ocorreu nos primeiros dias de dezembro de 2003. No dia 10 de dezembro, em caráter experimental, os cidadãos paraibanos passaram a acompanhar, ao vivo, os trabalhos desenvolvidos pelas comissões permanentes e especiais da Casa e as sessões plenárias por um canal a cabo.

Neste primeiro momento, profissionais do Departamento de Comunicação Social e Cidadania foram os responsáveis pela programação da TVAL, coordenados pelos jornalistas Gilson Souto Maior (coorde-

nador-geral) Anchieta Araújo (jornalismo) e Nonato Bandeira (programação).

Na administração do deputado Arthur Cunha Lima (2007-2010), a TV Assembleia passou a contar com o jornalista Napoleão Ângelo coordenando a programação e o jornalista Carlos César como supervisor, com a coordenação geral de comunicação do jornalista Agnaldo Almeida e, posteriormente (a partir de 2008), com o jornalista Hermes de Luna, nomeado para comandar a Coordenadoria de Comunicação Social da Casa de Epitácio Pessoa.



Funcionário faz o corte da sessão do Plenário da Assembleia

SERVIÇO

Depois de entrar em operação experimentalmente pelo canal 36 da BIG TV, a TV AL passou a ser transmitida pelos canais 26 e 22. Hoje, a sua grade está disponível no canal 11 da NET TV.

■ TV ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO SUL

Sinal aberto significa oito vezes mais audiência

Fotos: Giuliano Lopes



Parte da equipe da emissora assistida em 17 municípios, número que vai aumentar em breve

O canal da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul está estreando em rede aberta e digital até o final do primeiro semestre. A migração do meio analógico e por cabo para o espectro digital – e em sinal aberto – amplia o universo de teles-

pectadores. “ A TV Legislativa hoje está disponível para 650 mil telespectadores. Na rede aberta estará para aproximadamente 5 milhões”, diz o engenheiro Wolfrand Bittencourt, gerente de Tecnologia da TV Unisinos.

A abertura do sinal é mais uma realização da Rede Legislativa de TV Digital. A entrada da emissora do Legislativo gaúcho na rede foi formalizada em agosto do ano passado. Um Acordo de Cooperação Técnica, assinado entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia gaúcha prevê a implantação da TV digital em Porto Alegre, por meio de uma subcanalização do canal 61, consignado à Câmara.

Com isso a emissora do Parlamento gaúcho, presente hoje em 17 municípios pelo canal a cabo, passará a exibir sua programação para todas as cidades em um raio estimado de 90 km da Capital.

Segundo o presidente da Assembleia, deputado Alexandre Postal, a intenção é expandir a rede para o interior



Transmissão das atividades dos deputados estaduais

do estado. “A nossa TV pode fornecer consultoria e até mesmo programação até as câmaras montarem sua estrutura”, disse o parlamentar no workshop TV Digital Legislativa, organizado em abril.

No ar desde 1999, a TV Assembleia apresenta, atualmente, uma programação que tem a marca da diversidade, voltada para o jornalismo, a cultura e a inclusão social, no ar 24 horas por dia. Em média, são oito horas diárias de programação ao vivo, incluindo a cobertura das comissões e das sessões plenárias. A emissora tem ainda dois telejornais, o *Espaço Público* e o *Jornal Assembleia*.

Além dos telejornais, são produzidos outros três programas diários inéditos, dedicados a temas factuais com a visão dos políticos e da sociedade. Fecham a grade três programas musicais, um voltado para a comunidade negra e um dedicado à literatura.

SERVIÇO

A TV Assembleia do Rio Grande do Sul pode ser sintonizada no canal 16 da NET em 16 municípios do interior do estado. Em breve, estará no canal 61.2 da TV aberta (digital). A emissora ainda pode ser assistida ao vivo pela Internet no endereço www.al.rs.gov.br/tv. A programação é 24h.

■ RÁDIO ASSEMBLEIA DO RIO GRANDE DO SUL

A radioagência dos pampas

A Rádio Assembleia gaúcha é uma rádio web focada na produção de boletins com informações sobre as atividades parlamentares, entrevistas com deputados e programas radiojornalísticos. Resumindo, é uma radioagência que oferece às emissoras de todo o estado a cobertura diária das atividades parlamentares.

Todo o material está disponível para download, no formato MP3, e pode ser ouvido e também reproduzido, desde que citada a fonte “Rádio Assembleia”.

Além de programas jornalísticos produzidos especificamente para a rádio, a emissora transmite, diariamente, as sessões plenárias, as reuniões e audiências públicas das comissões parlamentares, entre outras atividades do Legislativo gaúcho – seguindo o conteúdo gerado pela TV Assembleia do Rio Grande do Sul.

E tudo começou na década de 80, quando a assembleia tinha um Departamento de Rádio, que acabou se transformando no embrião da emissora, implantada em 2001. O projeto original previa transmissão exclusiva via Internet, com distribuição de áudio na modalidade *streaming*, em tempo real, utilizando a tecnologia Windows Media Encoder.

A programação é variada e vai do factual político aos temas culturais. O programa *Agenda da Assembleia* faz um resumo das atividades previstas para o dia. O *Parlamento em Ação* é um programa jornalístico diário, com uma hora de duração, ao vivo, às 13h. Traz as notícias sobre o que aconteceu no período da manhã, a agenda de atividades da Assembleia e conta com um convidado especial, no quadro “Diálogo do Dia”. De terça a quinta-feira, o programa tem ainda o quadro “Aguardando o Plenário”, com informações ao vivo direto do Plenário 20 de Setembro.

Já o *Assembleia em Dia* é veiculado às 18h e apresenta as principais notícias do Parlamento. O *Cultura em Evidência*, um programa semanal, é veiculado às segundas-feiras, às 14h, e mostra as atividades artísticas e culturais previstas para a assembleia ao longo da semana.

A Rádio AL conta com dois estúdios de gravação e, além de cobrir as notícias jornalísticas do Legislativo gaúcho, presta serviços para os deputados, gravando entrevistas e distribuindo o material para outras rádios.

SERVIÇO

www.al.rs.gov.br/radioassembleia

■ TV ASSEMBLEIA DE PERNAMBUCO

Dez anos de pioneirismo no Nordeste

Na segunda-feira, 9 de abril, foram comemorados os 177 anos da Assembleia Legislativa de Pernambuco. E não foi a única comemoração na mesma data: os 10 anos de funcionamento da TV Assembleia (TV Alepe), emissora responsável pela transmissão dos assuntos parlamentares para 70 municípios do estado, para uma audiência de 4 milhões de pernambucanos.

Sem um canal próprio de TV, a programação da Assembleia pernambucana começou a ser veiculada em 2002, numa ação pioneira na região Nordeste, pela TV Universitária. O noticiário, de uma hora, tratava dos temas legislativos, com o resumo dos trabalhos das comissões da Casa e das reuniões plenárias.

Hoje, dois programas diários são levados ao ar na TV Universitária – o telejornal *Quorum* e *Assembleia na TV Debate*. Eles também estão disponíveis no sistema UHF local pelas TVs Nova e Pernambuco, emissoras que levam a programação, via satélite e micro-ondas, para



Apresentadores dos programas de debate da emissora pernambucana

o interior do estado. Recentemente o telejornal entrou no ar no site da Assembleia. “Além dos temas políticos e institucionais da Casa, a TV Assembleia investe também na produção de matérias culturais e históricas do estado”, destaca o jornalista Antonio Magalhães, chefe do Departamento de TV.

De olho no futuro, a TV Alepe, com apoio do presidente da Casa, deputado Guilherme Uchoa, e da Mesa Diretora, prepara-se para a instalação

de um estúdio de gravações na própria instituição, avançando em direção a um canal próprio para veicular os grandes debates estaduais.

A Assembleia Legislativa de Pernambuco ainda conta com um Departamento de Rádio, responsável por matérias e notas postadas em tempo real no site da Alepe. Os releases eletrônicos para rádios do estado funcionam como matéria-prima do radiojornal *Legislativo É Notícia*, veiculado na Casa e no site www.alepe.pe.gov.br.

SERVIÇO

A programação da TV Alepe é veiculada no canal aberto pela TV Universitária (VHF), canal 11; canal 22 da TV Nova e canal 46 da TV Pernambuco (UHF). O sinal chega a 70 dos 185 municípios de Pernambuco, que abrigam cerca de 4 milhões de pessoas. A programação é de 60 minutos diários, de segunda a sexta-feira, divididos em dois programas - um telejornal, o *Quorum*, e um programa de entrevistas, *Assembleia na TV Debate*. Endereço na Internet, onde pode ser visto diariamente o telejornal da TV Alepe: www.alepe.pe.gov.br

No ar, televisão cidadã e democrática

POR | CARLOS BARROS MONTEIRO*

O Brasil está crescendo e evoluindo em muitos setores da sociedade. Não apenas na economia. Reputo a maturidade democrática e política do país à proximidade da sociedade com o conhecimento do fazer política, não partidária, mas cidadã. Aliás, se a sociedade entendesse de forma mais cristalina os dois conceitos, já teríamos avançado bastante em muitos indicadores de qualidade humana. A tênue linha entre politicalha e política, na acepção etimológica da palavra, infelizmente ainda é um grande desafio a ser entendido pela humanidade.

Modelos pioneiros - Os canais legislativos são novos paradigmas na realidade irreversível de processos comunicacionais modernos e democráticos. Esse processo não surgiu recentemente. Lá pelos idos de 1977, no Canadá, já com o embrião do CPAC – *Cable Public Affairs Channel*, e em 1979, nos EUA, com o C-Span – *Cable Satellite Public Affairs Network*. Esses países e muitos outros, que vieram em seguida, inclusive o Brasil, optaram por estreitar os laços entre o povo e os agentes públicos, eleitos e custeados por nós, e utilizaram a televisão como elo de informações e prestação de contas à sociedade. Esses dois exemplos são referenciais importantes no cenário mundial dos canais legislativos na fase inicial.

Veza por outra ouvimos cidadãos questionando: “para que servem os canais legislativos de rádio e televisão?” Esse cidadão que trabalha arduamente, paga seus impostos e cumpre as obrigações constitucionais do país se mostra indignado com alguns políticos. Muitas vezes, com absoluta razão. Já ouvimos um bocado de vezes que tais canais são meros instrumentos de manipulação, mascaramento e uso indevido do

dinheiro público. Esse discurso superado tem origem em elites de saber conservador e pretensioso. É o discurso de que a sociedade permaneça no nível da ignorância em relação ao verdadeiro serviço democrático prestado ao país pelos canais federais do Senado, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas estaduais e canais municipais. E veja que não me refiro apenas aos canais de televisão. Incluo aqui desde o Diário Oficial de cada Parlamento, canais de rádio, jornais e sítios eletrônicos, com a finalidade nobre, cidadã e republicana de mostrar ao país as discussões, debates, audiências públicas, trabalho das comissões e votações que, até então, se restringiam a uma representação ínfima da sociedade, mostrada rapidamente pelos meios de comunicação privados e, claro, com interesses direcionados.

A reflexão é mais profunda. O Congresso Nacional brasileiro é representado por 81 senadores e 513 deputados federais. A Assembleia Legislativa do estado de São Paulo tem 94 deputados estaduais e a Câmara Municipal da cidade de São Paulo tem 55 vereadores. Você já percebeu que os canais de comunicação privados mostram sempre os mesmos parlamentares? Algo que não ultrapassa 10% dos que ali estão para trabalhar pelo povo. Essa realidade não acontece só em São Paulo. Isso é comum nas 5561 cidades do Brasil. Será que os demais agentes públicos são inoperantes? Com absoluta certeza, não! Mas por que são sempre os mesmos que estão na mídia, principalmente a privada?

Comunicação cidadã - No Brasil pós ditadura, o Congresso Nacional entendeu o clamor das ruas e avançou com a legislação (Lei do Cabo 8.977/95), o que permitiu a criação dos sete Canais Básicos de Utiliza-

“O Parlamento deve agir como um ambiente que representa o povo. E os canais legislativos são os legítimos instrumentos de comunicação pública, desatrelados de grupos privados”

ção Gratuita para instituições públicas, privadas e organizações comunitárias, beneficiando a sociedade com canais de televisão para o Senado Federal, Câmara dos Deputados, assembleias legislativas e câmaras municipais (compartilhados), instituições de ensino superior, canais comunitários, educativos e um canal para o Judiciário federal (STF).

O país continua avançando e a demanda por acesso democrático, idem. A chamada Lei do Cabo e outras relacionadas ao setor das telecomunicações, como a 5.820/06 da TV Digital, também precisaram ser atualizadas e assim o fez o Congresso Nacional. O Canal da Cidadania previsto na TVD brasileira agora avança para a iminente transmissão de sinal aberto em todo o país por meio de uma moderna rede. A legislação e a tecnologia já permitem essa realidade. O avanço continuou com a recente atualização da legislação sobre o setor por meio do decreto federal 11.465/11. Mas o desafio não se limita à legislação e tecnologia. O cidadão cumpridor dos seus deveres é um elemento que precisa conhecer o Parlamento, seus representantes, os agentes públicos que ali são mantidos pelos impostos pagos pela sociedade para responder pela enorme responsabilidade pública que lhes foi outorgada. Lembremos que os agentes e cargos públicos são passageiros. As instituições não. O Parlamento deve agir como um ambiente que representa o povo. E os canais legislativos são os legítimos instrumentos de comunicação pública, desatrelados de grupos privados. O conteúdo gratuito, de excelente qualidade, disponibilizado pelos canais legislativos brasileiros vai de música popular a erudita. Documentários e programas educativos que informam o país, como um exercício de democracia contínua. Não se pode ignorar o canal do Judiciário, com a TV Justiça, que funciona como ver-

dadeira sala de aula virtual com exemplos reais de debates e aplicação da justiça pela mais alta corte do país.

Vivíamos num país em que a grande maioria dos brasileiros tinha receio de adentrar os palácios legislativos e paços municipais por imaginar que ali era local restrito a bem poucos privilegiados. Nunca fora verdade, mas o povo desconhecia ou ignorava os ritos e nuances das atividades do Legislativo, Executivo e do Judiciário. A gramática política não era inclusiva nem democrática.

A maioria dos profissionais que prestam serviço aos canais legislativos brasileiros é altamente qualificada. Ainda assim carecem ser constantemente instigados, atualizados sobre economia, educação, saúde, transporte, tecnologia, ecologia, esporte e todas as pautas oriundas dos três poderes legalmente constituídos no país. Afinal esses profissionais têm o dever público de trazer à população informações de interesse geral e com linguagem acessível à imensa diversidade que é o Brasil. Canais legislativos não devem estar preocupados com índices de audiência, mas sim com o exercício de cidadania em todos os segmentos do conhecimento.

.....

*** CARLOS BARROS MONTEIRO**
– PROFESSOR DE JORNALISMO
E RÁDIO E TV NA UNICSUL,
FAPSP E USCS. IMPLANTOU A TV
CÂMARA DE BAURU, SP. MESTRE
E DOUTORANDO EM TV DIGITAL
PELA UNIVERSIDADE METODISTA
DE SÃO PAULO. CURSA GESTÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA USP.
É AUTOR DO LIVRO: “PARA QUE
SERVE A TV LEGISLATIVA NO
BRASIL E NO MUNDO”, PELA
EDITORA BIOGRAFIA. EMAIL:
CBMONTEIRO@EMAIL.COM.BR

Leia no próximo número da **Revista da Astral**

- O desafio de melhorar a qualidade da programação
- Experiências de sucesso das emissoras legislativas
- A interatividade e a revolução na relação entre o brasileiro e o Legislativo
- O rádio ainda é o meio de comunicação mais popular

REVISTA DA ASTRAL

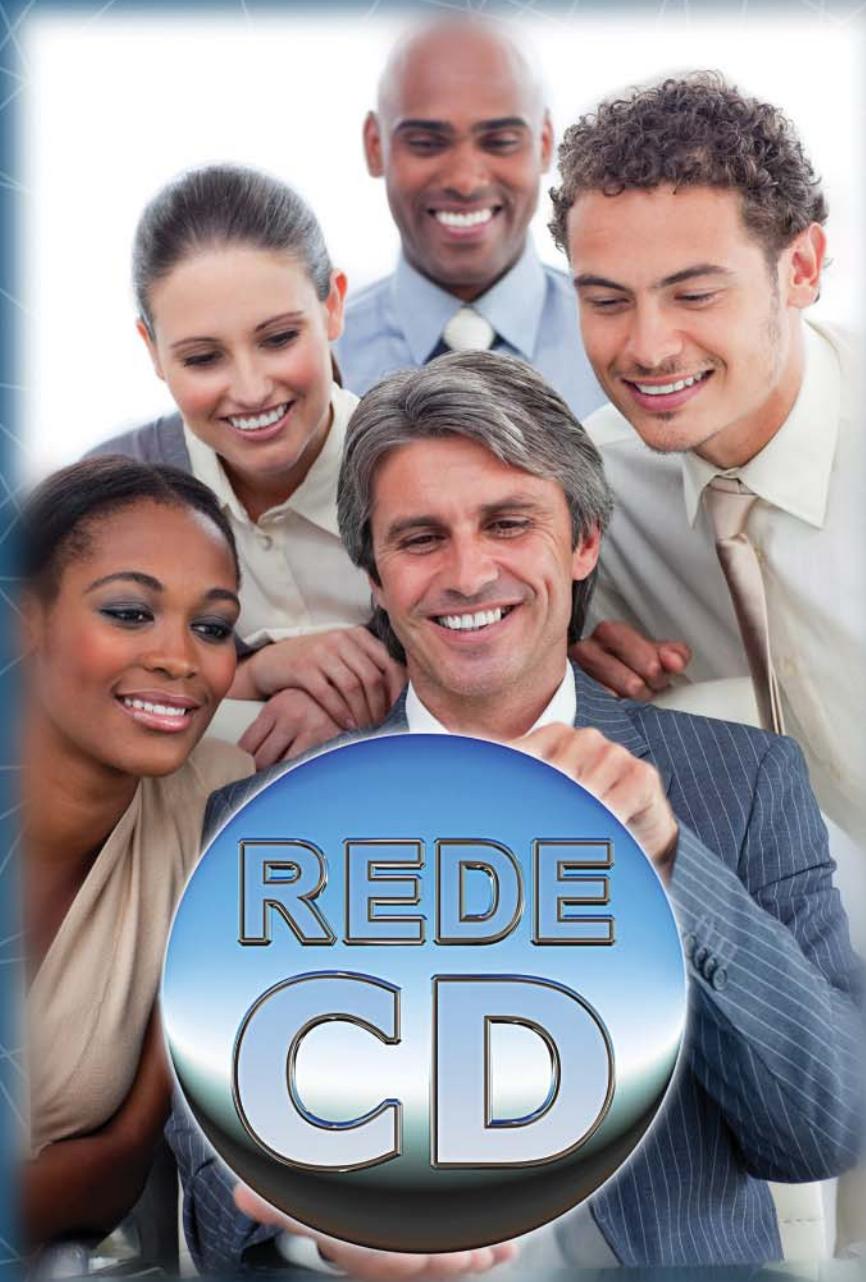
A melhor maneira de saber o que acontece na rede de comunicação que leva aos brasileiros as notícias do Legislativo nos municípios, estados e no Congresso Nacional.



ANUNCIE NA REVISTA DA ASTRAL

Contato: Astral – Associação Brasileira das Tvs e Rádios Legislativas
Fone: (+55 61) 3037-3773 / (+55 61) 8411-9154
www.astralbrasil.org

Tem algo de novo na TV pública da sua região ...



A REDE CD é uma nova programadora de canais de televisão e provedora de soluções de alta tecnologia, inteiramente dedicada à TV pública, à cidadania digital e à inclusão social.

Com seus serviços e projetos inovadores, auxilia as autoridades municipais e regionais na implementação, operação e manutenção rápida, simples e com baixo custo dos novos canais digitais de TV aberta e interativa nos municípios brasileiros.

Bem-vindo ao novo mundo da TV pública aberta e digital com a REDE CD !

Central de Atendimento: 11 4193 8533 - info@redec.net - www.redec.net